

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – RELAÇÕES PÚBLICAS**

Mateus Luan Klein Karling

**A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA NA
COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**

Santa Maria, RS

2017

Mateus Luan Klein Karling

**A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA NA COMUNICAÇÃO
CONTRA-HEGEMÔNICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHORES RURAIS SEM
TERRA**

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – Relações Públicas como requisito parcial para obtenção do título de **graduado em Comunicação Social – Relações Públicas.**

Orientador: Profº Drº Flavi Ferreira Lisboa Filho

Santa Maria, RS
2017

Mateus Luan Klein Karling

**A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA NA COMUNICAÇÃO
CONTRA-HEGEMÔNICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHORES RURAIS SEM
TERRA**

Monografia apresentada ao curso de
Comunicação Social – Relações Públicas como
requisito parcial para obtenção do título de
**graduado em Comunicação Social – Relações
Públicas.**

Aprovado em 14 de dezembro de 2017:

Flavi Ferreira Lisboa Filho, Dr. (Unisinos)
(Presidente/Orientador)

Jaqueline Quinconzes da Silva Kegler, Dra. (UFSM)

Clayton Hillig, Dr. (UFRGS)

Santa Maria, RS

2017

DEDICATÓRIA

A todas trabalhadoras e todos trabalhadores rurais sem terra que na luta pela reforma agrária tombaram e não mais estão entre nossas fileiras de resistência, mas permanecem em nossa memória. A essa brava gente, toda nossa luta, rebeldia, indignação e ciência.

AGRADECIMENTOS

- A minha família, minha mãe Sirlei e meu pai Gilson, que me apoiaram e me mantiveram na Universidade, fazendo com que eu chegasse até aqui;
- Ao meu orientador, Prof^o Dr^o Flavi Lisboa, que para além de compreender e guiar o meu processo académico e científico, também soube compreender e acompanhar o meu processo político e militante;
- Ao movimento estudantil, em especial o Diretório Acadêmico da Comunicação Social - Mário Quintana, o Diretório Central das e dos Estudantes da UFSM, à União Estadual dos Estudantes Livre do Rio Grande do Sul e ao Estágio Interdisciplinar de Vivência de Santa Maria, que me serviu como formação complementar indispensável para a compreensão de todo o conhecimento fomentado pela academia.
- Ao Programa de Educação Tutorial em Comunicação Social, na pessoa da Prof^a Dr^a Juliana Petermann, tutora do grupo, o qual me inseriu na iniciação científica e na extensão universitária, auxiliando na compreensão do tripé que deve basilar o funcionamento das nossas instituições de ensino superior;
- A todos servidores técnico-administrativos em educação e a todos os docentes da Universidade Federal de Santa Maria que participaram do meu processo de formação académica, profissional e social durante a minha graduação;
- Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em especial ao Setor de Comunicação do MST do Rio Grande do Sul e à Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul – COCEARGS, pelo suporte dado ao meu trabalho;
- Aos meus colegas que me marcaram, em especial dos cursos de Comunicação Social, que agora seguem seus caminhos depois de compartilharmos juntos as mesmas emoções e sentimentos durante nossa juventude na Universidade;
- Às companheiras e aos companheiros do Partido dos Trabalhadores, e em especial da Juventude da Articulação de Esquerda, pessoas com as quais compartilhei tantas ideias e tantas ações ao longo destes últimos anos, que com certeza revolucionaram meu modo de pensar e agir na sociedade; e
- Aos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff, por todas as ações de democratização das universidades; de expansão e interiorização do ensino superior público e gratuito; e de fomento à assistência estudantil, que fizeram a mim e a tantas outras pessoas entrar e permanecer na universidade.

“A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam.”

Frei Betto

RESUMO

A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA NA COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHORES RURAIS SEM TERRA

AUTOR: Mateus Luan Klein Karling
ORIENTADOR: Flavi Ferreira Lisboa Filho

O presente trabalho faz uma análise da representação da identidade camponesa através do Jornal Sem Terra produzido pelo Setor de Comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Rio Grande do Sul, desde o ano de 2014. O encarte se configura como o principal meio de comunicação do MST no estado, e é encarado aqui como uma estratégia formativa e organizativa que fomenta, reproduz e recria a identidade camponesa que dá unidade ao movimento. No primeiro capítulo da monografia se faz um resgate teórico sobre conceitos tais como cultura, representação, hegemonia, contra-hegemonia e identidade; no segundo capítulo se discorre sobre a especificidade que caracteriza a identidade camponesa em suas relações sociais de similaridade e distinção; no terceiro capítulo, ao se remontar a história do MST, aborda-se como a comunicação social foi encarada pelo Movimento ao longo dos anos de sua existência, bem como de que forma as suas pautas foram se estabelecendo; e por fim, no quarto capítulo será feita a análise qualitativa das edições do Jornal Sem Terra do MST-RS, a fim de elencar através das matérias, dos editoriais e das imagens publicadas os elementos que fomentam, reproduzem e recriam a identidade camponesa de resistência do MST, atrelada à luta pela terra, às ocupações, às marchas e aos atos públicos do movimento, bem como a sua identidade de projeto, atrelada à agroecologia, à soberania alimentar, à produção de alimentos saudáveis e à qualidade de vida no campo.

Palavras-chave: identidade camponesa, representação, cultura, agroecologia, movimentos sociais.

ABSTRACT

THE REPRESENTATION OF PEASANT IDENTITY IN THE CONTRA-HEGEMONIC COMMUNICATION OF THE LANDLESS RURAL WORKERS MOVEMENT

AUTHOR: Mateus Luan Klein Karling

ADVISOR: Flavi Ferreira Lisboa Filho

This paper analyzes the representation of peasant identity through the “Jornal Sem Terra”, newspaper produced by the Communication Sector of the Landless Rural Workers Movement (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST in Portuguese) of Rio Grande do Sul – Brazil, since the year 2014. The booklet is the main means of communication of the MST in the state, and is seen here as an organizational and formative strategy that fosters, reproduces and recreates the peasant identity that gives unity to the movement. In the first chapter of the monograph there is a theoretical rescue on concepts such as culture, representation, hegemony, counter-hegemony and identity; in the second chapter we discuss the specificity that characterizes the peasant identity in its social relations of similarity and distinction; in the third chapter, when going back to the history of the MST, it is approached how the communication was viewed by the Movement over the years of its existence, and how its guidelines were established; Finally, in the fourth chapter, a qualitative analysis of the editions of the Sem Terra Journal of the MST-RS will be made, in order to list through the materials, editorials and images the elements that foment, reproduce and recreate the peasant identity of resistance of the MST, linked to the struggle for land, occupations, marches and public acts of the movement, as well as its project identity, linked to agroecology, food sovereignty, healthy food production and quality of life in the countryside.

Key words: peasant identity, representation, culture, agroecology, social movements.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COCEARGS	Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul
COOTAP	Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil
EIV	Estágio Interdisciplinar de Vivência
FBP	Frente Brasil Popular
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MNLM	Movimento Nacional de Luta Pela Moradia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PT	Partido dos Trabalhadores
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RBS TV	Rede Brasil Sul de Televisão
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNE	União Nacional dos Estudantes
WEB	World Wide Web

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. CULTURA, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE	13
1.1. Dos conceitos de cultura	13
1.2. Dos conceitos de representação	16
1.3. Dos conceitos de identidade	18
2. IDENTIDADE CAMPONESA E SUA ESPECIFICIDADE DE CLASSE	23
2.1. A concepção da identidade camponesa	23
2.2. A constituição da classe camponesa no Brasil.....	28
3. MST: DA RESISTÊNCIA NA LUTA PELA TERRA AO PROJETO AGROECOLÓGICO.....	34
3.1. História do MST: a luta pela terra e a luta na terra.....	35
3.2. A comunicação sem terra para a organização e a formação	38
3.3. A análise de sentidos aplicada ao Jornal Sem Terra.....	44
4. O JORNAL SEM TERRA DO MST DO RIO GRANDE DO SUL.....	48
4.1. Os elementos de linguagem do jornal.....	49
4.2. Os signos recorrentes na construção discursiva do Jornal	52
4.3. A interpretação da identidade camponesa no Jornal Sem Terra.....	55
4.4. Contextualização política e social do Jornal.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66

INTRODUÇÃO

A Reforma Agrária Popular sempre esteve apoiada por aquilo que o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) convencionou chamar de intelectuais militantes, estudantes e pesquisadores cujos rompem as cercas do latifúndio do conhecimento em nome da democratização do saber, no intuito de contribuir técnica e cientificamente na resistência e no projeto da classe trabalhadora. Nesse sentido, trabalhos que tratem da questão agrária, da concentração fundiária, da cultura camponesa e da agroecologia, principalmente a partir da teoria crítica, tem uma importância muito grande no que diz respeito aos avanços na redistribuição de terras, na qualidade de vida no campo, na produção de alimentos saudáveis e na edificação de uma sociedade livre de exploração e opressão.

O objetivo principal dessa monografia, portanto, é discorrer sobre como a identidade camponesa é fomentada, reproduzida e recriada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra através do Jornal Sem Terra do Rio Grande do Sul. Identidade camponesa essa que dá unidade ao movimento em nível regional e nacional, congregando as mais diversas formas de viver e exercer o campesinato num país tão extenso e multicultural como o Brasil, nesse caso, através de uma representação feita pelo próprio MST, dentro do estado do Rio Grande do Sul, especificamente, no Jornal Sem Terra, encarte produzido promocionalmente, confeccionado no estado desde 2014 pela direção do movimento através do seu setor de Comunicação, e distribuído em eventualidades relacionadas às mobilizações e à produção dos acampamentos e assentamentos.

No primeiro capítulo, falamos sobre os conceitos estruturantes da pesquisa, apoiados em autores que embasam os estudos culturais, construímos um resgate teórico no que tange aquilo que compreendemos a cerca dos acúmulos relacionados ao conceito de cultura, bem como todo o arcabouço teórico e metodológico que esse termo abrange, tais como os conceitos de representação, identidade, hegemonia e contra-hegemonia. Dentro das discussões acerca da identidade, especialmente, fazemos uma análise quanto às categorias identitárias elencadas por Manuel Castells (2010), que posicionam as culturas e os agentes entre a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto.

Logo após, no capítulo segundo, abordamos então a identidade camponesa enquanto complexidade cultural e sua construção histórica, em especial no contexto brasileiro.

Discorreremos também sobre a especificidade camponesa, no que tange suas relações de similaridade e distinção, ou seja, são abordados elementos pelos quais se supera a diversidade existente no campo a partir de suas regionalidades e tradições, para se alcançar traços em comum que distinguem essa classe, enquanto classe camponesa, de outras identidades, sejam urbanas ou até mesmo rurais. É a partir daí que se abordam temas como a relação com a terra, com o núcleo familiar, com a comunidade, a natureza e os modos de produção e reprodução da vida a partir de um viés identitário o qual relacionamos ao campesinato.

Também é feita uma compilação da constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra enquanto movimento social nacionalizado e a relação do MST com a comunicação social enquanto fator organizativo e formativo do movimento. São utilizados documentos oficiais do MST somados a trabalhos acadêmicos que anteriormente já abordaram essa temática, para se travar esse debate que constitui o terceiro capítulo do presente trabalho. Nesse sentido, se objetiva evidenciar como esse movimento é produto da organização popular camponesa e de que forma, ao longo das fases de sua história, o MST foi um dos principais agentes sociais capazes não somente de produzir respostas às situações as quais estava relacionado dentro da luta de classes, mas também de que forma foi capaz de pautar a sociedade em geral com as suas mobilizações e a sua organização tal e qual um movimento social legítimo e protagonista na questão agrária brasileira.

Nesse momento, inclusive, abordamos como se constituiu e se consagrou a identidade de resistência atrelada ao MST no decorrer de sua história, relacionada principalmente às ocupações de terra e de prédios públicos, aos acampamentos firmados em latifúndios, às marchas e atos políticos em defesa de direitos e da democracia organizados pelo movimento. E agora, principalmente nas últimas duas décadas, como vem sendo paulatinamente incorporado o debate ambiental como uma das principais bandeiras de mobilização do Movimento, juntamente das demais bandeiras já consagradas, relacionando essa pauta com uma outra identidade ao MST, uma nova recriação camponesa frente aos desafios do novo século postos pelo agronegócio: uma identidade de projeto de sociedade, relacionada à agroecologia, à produção de alimentos saudáveis, à soberania alimentar, à preservação da natureza e à qualidade de vida no campo. Em todos esses momentos, abordamos como o MST coloca a figura do camponês como protagonista de todas essas problemáticas, no sentido formativo e constitutivo de uma classe e de um sujeito coletivo capaz de transformar sua realidade social.

Por fim, no quarto capítulo é feita a análise propriamente dita das edições do Jornal Sem Terra do Rio Grande do Sul já publicadas desde 2014 pela direção estadual do MST

através de seu setor de comunicação. A partir dos editoriais, das matérias e das imagens publicadas nos encartes será feita uma análise qualitativa do conteúdo expresso a partir da metodologia de análise de sentidos, segundo Rosário (2006), relacionando-os com as formas de fomentação, reprodução e recriação da identidade camponesa a partir deste meio de comunicação contra-hegemônico do Movimento. O Jornal será sempre levado em consideração como uma estratégia de formação e organização militante para a base acampada e assentada do MST nas regiões de abrangência do movimento no estado do Rio Grande do Sul, no que tange as suas mobilizações sociais, bem como as ações de comunicação relacionadas à produção das cooperativas nos seus assentamentos e acampamentos.

Nesse sentido, o presente trabalho visa também compreender quais são os acúmulos, os avanços e as limitações ainda presentes na atuação do setor de comunicação do MST no estado do Rio Grande do Sul, tendo como base o principal meio de comunicação produzido pela direção do Movimento, o Jornal Sem Terra. Visa-se com isso compreender como o MST tenta aprofundar debates a cerca da reforma agrária popular e de que forma esses debates vem chegando até a base do movimento, para que através disso se possa avançar na fomentação, na reprodução e recriação camponesa, fortificando a organização e a formação do MST enquanto movimento social autônomo que se propõe a construir transformações amplas na sociedade.

1. CULTURA, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE

Se nos voltarmos ao conceito de cultura presente no dicionário, nos defrontaremos primeiro com a sua definição enquanto substantivo feminino de ação, ou seja, algo relacionado com a prática, com o fazer. Uma das utilizações primeiras do termo se refere justamente à agricultura¹, ao cultivo da terra, às diferentes culturas de sementes na produção de alimentos, ou em relação à criação de animais. Somente depois disso é que teremos uma definição tradicional de cultura, seja a partir de um conjunto de conhecimentos, ou de manifestações artísticas; para finalmente presenciarmos o que logo adiante abordaremos enquanto virada cultural: o que diz respeito, sobretudo, à expressão de saberes, hábitos, práticas e tradições dos povos, em relações de semelhança e diferenciação, tendo a cultura como uma prática social e coletiva.

Ou seja, a constituição do termo cultura vem há muito tempo relacionada com a prática do trabalho humano de modificar o meio ambiente em detrimento da reprodução de sua vida, portanto, a cultura tal e qual a pensamos e a praticamos, arrisca-se dizer, tem relação umbilical com o campesinato. Ademais, antes mesmo de tratar da questão agrária, aplicada aos estudos culturais, trazendo a tona o debate referente à identidade camponesa, se faz necessário elucidar a partir de que marcos teóricos estão se tratando conceitos-chave da nossa pesquisa. É nesse sentido que conduzimos nosso resgate bibliográfico às leituras daquilo que já se tem acumulado referente à cultura, e concomitantemente, a todo o universo conceitual que esse debate carrega em si mesmo.

1.1. Uma abordagem sobre cultura

É a partir daí que nos defrontamos com autores clássicos como Stuart Hall, cujo trata do tema referindo-se primeiramente às definições tradicionais de cultura, até chegar a uma abordagem do termo que possui relação com o que chamamos de virada cultural. É nesse primeiro momento, do termo segundo sua definição tradicional, que falamos de cultura “como algo que engloba o que de melhor foi pensado e dito numa sociedade” (HALL, 2016, p. 19), é

¹ Visto em Dicionário Online de Português < <https://www.dicio.com.br/cultura/> > em novembro de 2017.

nesse marco onde existe a diferenciação entre a “alta cultura”, representada pelas obras clássicas da literatura, da pintura, da música e da filosofia, por exemplo; e a “cultura de massa”, ou “cultura popular”, referente a formas amplamente distribuídas de música, arte, literatura e atividades de entretenimento. Grosso modo, o confronto entre a alta cultura e a cultura popular sempre foi carregado de valores, ou seja, a alta cultura encarada como algo bom e a cultura popular como algo degradado.

Esse cenário se transforma à medida que o conceito de cultura vai se aproximando de sua definição antropológica, a partir das ciências sociais, referindo-se “a tudo o que seja característico sobre o modo de vida de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social” (HALL, 2016, p. 19). Essa definição de cultura causa o que chamamos de virada cultural, é um marco onde o conceito de cultura deixa de estar atrelado a um conjunto de coisas, para ser pensado a partir de um conjunto de práticas: na produção e no intercâmbio de sentidos – mais especificamente, é o momento onde o termo cultura dá importância e ênfase ao sentido das práticas culturais de maneira abrangente e diversa.

Outra abordagem que nos auxilia a analisar e compreender o conceito de cultura ao longo de sua história constitutiva é feita por Raymond Williams, autor que divide a definição de cultura em três categorias gerais. A primeira seria a ideal: segundo a qual a cultura é um estado do processo de perfeição humana, cujo congrega certos valores absolutos e universais (WILLIAMS, 2003, p. 51), e a sua análise dar-se-ia a partir do descobrimento e da descrição desses valores; a segunda corresponderia à categoria documental: onde a cultura acumula em seu bojo obras humanas de caráter intelectual e imaginativo, ou seja, registros dos conhecimentos gerados e trabalhos artísticos criados. Por sua vez, a análise cultural viria da atividade crítica a essas obras, numa abordagem que trataria dos estudos de linguagem; e por fim, a terceira definição como social: um modo de vida em sociedade, para além da arte e da aprendizagem, chegando às instituições sociais e ao comportamento ordinário, nesse contexto, a análise cultural viria a partir do estudo dos significados implícitos e explícitos num modo específico de vida. Nas palavras do autor:

Eu acredito que qualquer teoria apropriada da cultura deve incluir as três esferas a partir das quais se apontam as definições, inversamente, suponho que qualquer definição seja inadequada, em qualquer uma das categorias, cuja exclua a referência às demais. [...] Uma definição “social” que aborde o processo geral e o conjunto da arte e aprendizagem como um mero subproduto, um reflexo passivo dos verdadeiros interesses da sociedade, também me parece errada. (WILLIAMS, 2003, p. 53).

Reforçando suas assertivas, ainda segundo Williams (2003), a cultura de um período histórico deve ser estudada a partir da sistematização de sua coletânea cultural de obras artísticas e de conhecimentos gerais; do seu caráter social a partir das instituições e comportamentos; bem como dos padrões gerais de valor, chegando ao que o autor relata como estrutura de sentimento: “o resultado vital específico de todos os elementos da organização geral” (WILLIAMS, 2003, p. 57), para ele, essa seria portanto uma das partes mais delicadas e menos tangíveis dos estudos culturais. Esse é o ponto onde se analisa a cultura através de grupos ou agentes em específico, pormenorizando e exemplificando a cultura a partir das identidades a ela subjacentes, o que nos faz chegar à tradição seletiva.

Para o autor, a tradição seletiva, em primeiro lugar estabelece uma cultura humana geral, de hegemonia; em segundo, tem a função de estabelecer o registro histórico de uma sociedade, legitimando e consolidando essa hegemonia, ultrapassando a cultura vivida para chegar ao patamar da cultura registrada; e por fim, em consequência, não tem como não provocar uma marginalização dos demais espectros culturais também componentes da malha social. Essa seleção, para Williams (2003) é regida por muitos interesses, incluindo os de classe. Ou seja, a cultura tradicional – dita hegemônica, numa sociedade, tenderá sempre a corresponder a um conjunto contemporâneo de interesses e valores, enquanto as instituições sociais formalmente consagradas são incumbidas da tarefa de manter viva a tradição imposta, principalmente as instituições educativas: configura-se aqui a tradição seletiva.

É justamente essa tradição mencionada que torna sempre mais difícil a análise e a compreensão da cultura de uma nação ou de uma comunidade. Isso nos obriga a levar em consideração toda a complexidade das relações sociais a partir de uma hegemonia exercida e mantida, inclusive e principalmente atrelada a uma questão de classe, que se converte em hegemonia cultural e simbólica. A partir disso, é considerável salientar que a estrutura de sentimento elencada pelo autor, materializa o intangível da cultura no que diz respeito a todos os elementos rechaçados pela tradição seletiva, de uma cultura vivida, que de alguma forma pode até ter sido registrada, mas que tem sua marca apagada da história – é o que podemos chamar de contra-hegemonia, comumente relacionada às classes sociais mais exploradas e oprimidas nas sociedades. A contra-hegemonia sempre estará em conflito com a ordem hegemônica, justamente porque esta última nega qualquer outra cultura que não seja a sua própria, a silencia e tenta a todo custo torná-la imperceptível, a fim de manter ou até mesmo aprofundar a ordem estabelecida.

Para tanto, também nos cabe remontar o conceito de hegemonia elencado por Gramsci (2010), autor cujo fala sobre uma reforma intelectual e moral de orientação político-cultural

na sociedade. Para o autor, o conceito de hegemonia se baseia no pensamento de que as classes dominantes se mantêm no poder não apenas pelo uso da coerção, mas também pelo emprego de um sofisticado sistema de dominação por meio da persuasão, do convencimento e da conquista do consentimento por parte dos dominados, que compõem um grupo heterogêneo dentro da sociedade.

A hegemonia, portanto, se configura na capacidade de um grupo em unificar a partir do seu projeto político um bloco mais amplo, exercendo sobre ele uma liderança intelectual e moral, ultrapassando interesses econômicos imediatos para manter articuladas essas forças heterogêneas de maneira não coercitiva. Nesse cenário, as lutas das classes subalternas tornam-se ou fragmentadas ou passivas, e uma ação coerente deve ser conduzida por uma nova visão de mundo, unitária e crítica, ademais, “para conseguir isso, é preciso criticar a concepção imposta às classes subalternas, superá-la, tendo em vista construir uma concepção nova” (GRAMSCI, *apud* GRUPPI, 1978, p. 69). Gramsci (2010) defende que os mesmos aparelhos utilizados pela classe dominante poderiam ser utilizados para a formação da consciência crítica, até porque a revolução não viria sem um amplo trabalho de preparação e conscientização das massas, propiciando assim uma nova concepção intelectual e moral incorporada por um movimento social concreto a ser a partir disso transformada em ação prática.

Passando, portanto, a compreender o conceito de cultura sociologicamente, e levando em consideração as disputas de hegemonia e contra-hegemonia presentes no conceito de tradição seletiva da cultura, podemos avançar para a esquematização de outro conceito chave importante para o nosso trabalho: o da representação – afinal é ela quem conecta o sentido e a linguagem à cultura (HALL, 2016, p. 31). Como já dito, com a virada cultural, o sentido passou a ser central para a compreensão das práticas culturais. Então antes mesmo de discorrer sobre as diversas possibilidades de identidades, é preciso compreender o que de fato significa a representação.

1.2. Uma abordagem sobre representação

Assim como todas as demais classes, é através da representação que a classe camponesa percebe a si própria, bem como é percebida, é pela representação que fazem dela, ou que ela própria enquanto classe pode fazer de si mesma, que a identidade camponesa se constitui enquanto cultura, enquanto prática cultural material e concreta de similaridade e

distinção. É nesse sentido que ressaltamos, antes da própria identidade constituída, a noção de representação, que segundo Hall (2016) significa utilizar a linguagem para expressar algo sobre o mundo. Ainda segundo o autor, sem esses sistemas de significação que envolvem a linguagem na produção de sentido, os quais chamamos de representação, seríamos incapazes de adotar, ou até mesmo de rejeitar identidades.

Passemos então à abordagem social construtivista, ou o chamado construtivismo social, onde a representação é concebida como parte constitutiva das coisas (HALL, 2016, p. 25), e mais ainda, onde abordamos o sentido sendo concebido através da linguagem, sendo construído através dela, e não refletindo um significado supostamente já existente, ou expressando somente aquilo que se queria intencionalmente expressar, como é o caso das outras duas abordagens referentes à representação, respectivamente, a abordagem reflexiva e intencional. Adotando, portanto, uma abordagem que não vislumbra o significado vindo nem das coisas em si próprias, e nem somente das nossas mentes, passamos a compreender que a representação diz respeito à produção de sentido pela linguagem: e a partir daí não podemos ignorar que a linguagem deve ser vista como um sistema representacional, um meio, seja ele de palavras, ações, sons ou imagens que carregam sentido, tendo como termo geral para esses elementos a palavra signo.

É a partir dessa troca significativa onde construímos sentido, ou seja, da utilização de signos através da linguagem na intenção de expressarmos-nos, que ao representar algo nos comunicamos, conseguimos estabelecer uma relação social e partilhamos sentido. Quando isso ocorre, podemos dizer que somos capazes de utilizar códigos culturais, podemos dizer, por fim, que partilhamos da mesma matriz cultural, da mesma cultura. Quando nos tornamos inteligíveis para outras pessoas, podemos dizer que realizamos uma comunicação. São esses códigos que estabelecemos nas relações sociais que fomentam processos de identificação, são eles que fixam o sentido, os significados em geral na cristalização de práticas culturais. Mais uma vez notamos como o significado dos signos, ou seja, das palavras, das ações, dos sons ou das imagens, não estão neles próprios, nem mesmo tão somente no nosso imaginário, mas sim, na linguagem enquanto prática construtiva.

Apresentam-se assim, segundo Hall (2016), dois sistemas de representação: primeiro temos o conjunto de representações mentais que nós mesmos carregamos: não como uma coleção aleatória de conceitos, mas sim organizados, dispostos e classificados a partir de relações neurais complexas – são constituídos verdadeiros mapas conceituais na nossa mente; por conseguinte, a linguagem é propriamente o segundo sistema de representação, onde traduzimos o nosso mapa conceitual de maneira inteligível ao mundo externo, é onde o

processo de representação se materializa, relacionando conceitos mentais a signos físicos: sejam eles visuais ou sonoros. Vale ressaltar aqui, que signos visuais também são chamados de icônicos, por carregarem certa semelhança com aquilo que querem expressar na realidade; já signos escritos ou ditos são chamados de indexicais, por não carregarem nenhuma relação óbvia com as coisas às quais se referem.

São a partir dessas práticas de representação, com as quais nos relacionamos desde a nossa infância, que estabelecemos relações de identificação e através disso cristalizamos a nossa cultura. É assim, construindo sentido a partir de ações de comunicação na sociedade que os sujeitos podem assimilar ou até mesmo negar processos identitários, pode se observar como parte integrada ou excluída, pode se ver como explorado ou explorador, pode exercer hegemonia ou contra-hegemonia. Não é diferente com a identidade camponesa, e para além de compreendê-la na sua especificidade, é necessário anteriormente compreender como se constituem sistematicamente as identidades culturais num ambiente macro localizado, e para isso nos voltamos às contribuições de outro autor clássico nos estudos culturais, Manuel Castells.

1.3. Um abordagem sobre identidade

Para Castells (2010) a construção da identidade, como fonte de significado e experiência, se dá através de um “conjunto de atributos culturais interrelacionados, os quais prevalecem uns sobre outros.” (CASTELLS, 2010, p. 22), para o autor, as identidades organizam significados, sendo fontes mais importantes que os papéis a serem desempenhados pelos atores sociais, inclusive porque estes, diferente das identidades, organizam tão somente funções na sociedade. Ainda segundo o autor, um determinado indivíduo ou até mesmo um ator coletivo, pode possuir em si mesmo a condição de conter identidades múltiplas: pluralidade essa fonte tão somente da tensão e da contradição, seja na auto representação ou na ação social de representar tal indivíduo ou ator coletivo. Ou seja, fica evidente aqui, que longe de uma aleatoriedade fluída, as identidades são produtos de relações sociais estabelecidas entre agentes, nessa disputa simbólica de caracterização cultural, onde se inscrevem também as relações de hegemonia e contra-hegemonia no âmbito do concreto, do material.

A partir disso, o autor categoriza três tipos de identidades culturais: o primeiro deles se refere à identidade legitimadora, relacionada com as “instituições dominantes da sociedade no

intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais" (CASTELLS, 2010, p. 24); o segundo tipo se baseia na identidade de resistência, estabelecida através dos:

atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos. (CASTELLS, 2010, p. 24).

E por fim, temos o terceiro tipo: A identidade de projeto, quando os atores sociais “constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, e ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social.” (CASTELLS, 2010, p. 24). Vale ressaltar que Castells (2010) deixa bem evidente o fato de que nenhuma identidade pode constituir uma essência, ou seja, nenhuma das categorias encerra por si mesmo valor progressista ou retrógrado fora de seu contexto histórico.

Sobremaneira, seria a identidade legitimadora quem dá origem a sociedade civil: ao conjunto de organizações e instituições, bem como a série de atores sociais estruturados, embora muitas vezes de maneira conflitante. É a identidade legitimadora quem racionaliza as fontes de dominação estrutural, não só através da dinâmica do Estado, mas de uma série de aparatos que o prolongam na sociedade civil: é aí onde se percebe uma dominação internalizada e a legitimação de uma identidade imposta profundamente arraigada entre as pessoas.

A identidade de resistência, por sua vez, leva à formação de comunas ou comunidades dentro dessa estrutura de sociedade imposta, são formas de resistência coletiva através de uma identidade defensiva cuja reverte o julgamento de valores, ao mesmo tempo em que reforça os limites da resistência: se transforma o que seria pejorativo em parte constitutiva do sujeito, reconfigurando-se como motivo de orgulho. É justamente a partir dessa resistência comunal que pode originar-se a identidade de projeto: ela consiste num projeto de vida diferente daquele imposto, com base numa identidade oprimida que se expande no sentido da transformação social. A identidade de projeto pode vir a tornar-se uma identidade legitimadora, até porque ela não tem por intuito ser uma mera alternativa à ordem imposta, convivendo com ela na marginalidade, mas sim, seu objetivo é realmente transformar ou até mesmo revolucionar a cultura de maneira ampla, estabelecendo-se e legitimando-se.

A partir desse pensamento conseguimos compreender a dinâmica das identidades a partir de um viés que envolve a luta de classes, e esse recorte teórico e metodológico será essencial para a compreensão e para o desenvolvimento desse trabalho. É nesse sentido que

também abordamos as contribuições quanto aos estudos de identidade feitos por Ademar Bogo (2010), autor esse que esquematiza em seu livro como se desenvolve o conceito de identidade, e remonta as discussões ao século 5 A.C. – quando o filósofo Parmênides aborda pela primeira vez o tema ao dizer que “tudo o que é, é [...] só o ser é, e o não ser não é” definindo a identidade como algo presente e estático. Somam-se também, um século depois, as contribuições de Aristóteles, o qual diz que uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo, estabelecendo o princípio do “terceiro excluído”, “afinal toda coisa deve ser ou não ser, pois não existe uma terceira possibilidade” (BOGO, 2010, p. 32). A afirmação aristotélica sobre o ser, entretanto, já não era mais estática, pois para ela tudo o que existe tende para um vir a ser, justamente porque estão sob a fatalidade do movimento, que associa e dissocia os átomos.

Bogo (2010) ainda destaca que mais tarde Hegel retomará a questão, afirmando a existência de duas naturezas, sendo uma a própria criação espontânea da natureza, e outra criada pela intervenção humana: a cultura. Nesse momento o autor chega às elaborações de Marx e Engels, no século XIX, estudiosos os quais falam das coisas em constante transformação pelo movimento das contradições na história da sociedade, onde ocorrem os conflitos entre as classes sociais. A partir desse conceito, se ultrapassa a ideia estática da identidade enquanto “o que é, é” para a pensarmos a partir da dialética materialista, onde “as coisas são, e ao mesmo tempo, não são mais puramente, pois decorrem de processos anteriores” (BOGO, 2010, p. 34). Um exemplo é citado por Bogo:

Quando um marceneiro toma um pedaço de madeira para fazer uma mesa, transforma não só a madeira em mesa, mas uma ideia em mesa; e transforma-se a si próprio porque aprende. Tanto assim que, ao terminar a mesa, nem a madeira, nem a sua ideia e nem o próprio marceneiro são a mesma coisa – o marceneiro elevou as suas habilidades, num processo de intensas negações. (BOGO, 2010, p. 35).

É nesse pensamento, o qual reflete sobre a realização de uma ideia, onde Bogo (2010) afirma que o ponto de partida da história humana é a existência dos indivíduos que, produzindo seus meios de vida, produzem não só os instrumentos de trabalho, mas também sua capacidade de produtores como e enquanto seres sociais, ou seja, criam a própria identidade. É a partir dos objetos que produzem que os sujeitos se diferenciam dos demais, portanto é na unicidade entre a natureza e a intervenção humana que produz cultura, em oposição a outras identidades, que uma identidade em específico se manifesta.

Para além da identidade biológica - também citada por Bogo (2010), a partir da qual se formam comunidades, ecossistemas e a biosfera de maneira geral, e as relações de

semelhança e diferença constituem equilíbrio para a natureza, onde inclusive nem a força, nem a ideologia fundamentam as relações, mas sim a dependência e a cooperação - existe também a identidade histórica. A identidade histórica carrega em si os conflitos presentes nas lutas de classes, e é onde se dá a divisão do trabalho e da propriedade privada, no estabelecimento da sociedade dividida em classes, as quais possuem interesses mais do que de diferentes, são eles de fato contrários e antagônicos.

O trabalho, que a princípio é parte constitutiva da identidade humana, no capitalismo transforma-se numa atividade desumanizadora, através dele se estabelece o “tripé das perversidades do capital: a exploração, a dominação e a alienação” (BOGO, 2010, p. 43). O trabalho alheio é apropriado por um grupo minoritário, e seus lucros, na forma de mais-valia, são investidos para melhorar as forças produtivas e para garantir a sua própria reprodução enquanto classe dominante. Por fim, sob o comando do capital, o trabalhador despojado dos seus meios de subsistência, se vê na obrigação de vender sua única mercadoria, configurada como a sua força de trabalho, e lhe resta então uma identidade de subordinação:

Quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valor cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza. (MARX, *apud* BOGO, 2010, p. 43).

Com esses conceitos elencados podemos agora partir para a análise daquilo que configura a identidade camponesa em sua especificidade. Não há como dissociar identidade alguma dos esquemas teóricos já elencados, mas principalmente a identidade camponesa, a qual como já citado, tem uma relação profunda e histórica com a constituição da cultura humana enquanto prática social. Ou seja, se existem relações de hegemonia e contra-hegemonia, dentro de uma perspectiva de cultura a partir dos estudos nas ciências sociais, especificamente através de conflitos de classe visualizados pelo prisma da teoria crítica do materialismo dialético, e se as identidades podem ser legitimadoras, de resistência e de projeto, todas essas categorizações podem ser levadas a contextualização na perspectiva de pensar o campesinato e a cultura camponesa.

Afinal, o agronegócio, o latifundiário, o rentista dos commodities agrícolas, pode muito bem enquadrar-se dentro da perspectiva hegemônica das identidades legitimadoras; e a identidade de resistência ser atrelada aos movimentos sociais camponeses como é o caso do MST, com suas ocupações, acampamentos, marchas e atos públicos em defesa da

desapropriação de terras, dos direitos trabalhistas e previdenciários, por qualidade de vida nos assentamentos e políticas de crédito rural para a produção, ou até mesmo em defesa da democracia de maneira geral; sem esquecer da identidade de projeto, a qual principalmente nas últimas duas décadas vem sendo responsável por conseguir responder aos novos desafios impostos pelo agronegócio dos agrotóxicos e da transgenia, relacionada a um outro projeto de produção de alimentos, com a agroecologia, a soberania alimentar, e uma reprodução da vida no campo sem exploração e opressão: tudo isso num movimento de contra-hegemonia, algo que configura a essência da identidade camponesa, objeto de análise do próximo capítulo.

2. IDENTIDADE CAMPONESA E SUA ESPECIFICIDADE DE CLASSE

As palavras “camponês” e “campesinato” são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há pouco mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país, nos anos 1950 (MARTINS, 1983, p. 21).

Antes de mais nada, vale afirmar, a partir das palavras de João Pedro Stedile (1999), dirigente nacional do MST e teórico do movimento, que o termo “camponês” “é, na verdade, mais um conceito sociológico e acadêmico, que até pode refletir a realidade em que eles vivem, mas não foi assimilado. Não sendo uma palavra popular.” (STEDILE, 1999, p. 31). Isso quer dizer que por mais que as próprias famílias camponesas não refiram-se a si próprias como camponesas, em alguns casos, o conceito será utilizado nesse trabalho para tratar teórica e metodologicamente daquilo que estabelecemos como um agente no campo que estabelece relações específicas de semelhança e de distinção, e portanto estabelece uma identidade cultural. É o que diz Horácio Martins:

A revificação dos conceitos de camponês e campesinato propõe resgatar e afirmar a perspectiva teórica da reprodução social do campesinato na sociedade capitalista a partir das teses da centralidade da reprodução da família camponesa e da sua especificidade no contexto da formação econômica e social capitalista (CARVALHO, 2005, p. 23).

2.1. A concepção da identidade camponesa

Ademais, quando falamos de campesinato, é preciso remontar ainda mais além na história as preocupações de autores clássicos quanto às transformações sociais na virada do século XIX para o século XX, quando se estabeleciam duas concepções acerca da problemática camponesa no discurso do desenvolvimento do capitalismo. Para autores como Kautsky e Lênin, segundo Almeida (2003), o desenvolvimento capitalista não poderia comportar outras classes além da burguesia e do proletariado, portanto a descamponização era uma consequência inevitável. Já autores como Chayanov, citado também por Almeida (2003) propunham a convivência, e conseqüentemente, a permanência camponesa de forma insular à lógica do capital, a partir da teoria do balanço trabalho-consumo, numa racionalidade

especificamente camponesa diferenciada do comportamento capitalista, baseada no núcleo familiar. Estabeleciam-se assim, dois grandes paradigmas: o da desintegração do campesinato, e da recriação camponesa: a descamponização e recamponização.

Chayanov, citado por Almeida (2003) se utilizava da “Teoria da Diferenciação Demográfica: isto é, seu argumento básico era que a produção camponesa se ampliava ou contraía, segundo o número de bocas e braços da unidade de produção” (ALMEIDA, 2003, p. 70). Esta era uma contraposição à teoria leninista da Diferenciação Social do campesinato, a qual se baseava no entendimento de que “o desenvolvimento do capitalismo na Rússia criou um pressuposto básico: um campesinato, que formará a burguesia rural; um médio que tenderá a desaparecer em direção a um dos polos”². A suposta classe camponesa era vista, portanto, pela teoria de Lênin *apud* Almeida (2003), como uma camada em transição, onde o campesinato pobre formaria o proletariado rural.

A família camponesa, como relata Almeida (2003), visa a partir da concepção de Chayanov (1974), unicamente a maneira mais fácil de satisfazer suas necessidades em consonância com o gasto da força de trabalho: seu objetivo é reproduzir-se enquanto unidade de produção econômica camponesa, ou seja, onde existem mais consumidores que trabalhadores, a renda diminui e o trabalho aumenta, e até mesmo os níveis de produção são mais ou menos regulados pelo número de integrantes na família. Já para Lênin (1985) o desaparecimento do camponês era visto como uma tendência histórica, para ele, a dependência crescente dos camponeses em relação ao mercado, seu assalariamento e a agroindustrialização davam andamento a isso.

Outros elementos ainda podem ser abordados quanto à Teoria da Diferenciação Demográfica, um deles é o avanço técnico e científico na unidade camponesa, referente à maquinários ou insumos agrícolas, por exemplo, o qual de forma alguma está ligado à incapacidade ou a falta de inteligência dos camponeses, mas a decisões ligadas ao balanço consumidores-trabalhadores. Ademais, faço das minhas as palavras de Almeida:

A opção de interpretações de Chayanov não implica em desconsiderar as contribuições que as obras de Kautsky e Lênin trouxeram ao entendimento do capitalismo no campo, porque o desvendamento da lógica da unidade familiar dentro do modo de produção capitalista só é possível pelo acúmulo teórico propiciado pelos estudos destes autores [...]. Resta afirmar que o possível engano teórico foi fazer a diferenciação do campesinato um padrão de desenvolvimento geral e irreversível, derivada da firme convicção de que o operariado era a classe revolucionária. (ALMEIDA, 2013, p. 80).

² Idem.

Para a autora, falar de especificidade camponesa é admitir o não desaparecimento do campesinato, pelo contrário, é abordar as suas formas de recamponização, como no caso dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil. Almeida (2003) ressalta também que a especificidade camponesa não se relaciona ao fato de representar um modo de produção, a sua especificidade está na constituição de uma classe cuja é proprietária da terra ao mesmo tempo que pertence à classe trabalhadora, organizada numa relação não-capitalista. Essa relação não-capitalista, por sua vez, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção dentro do capitalismo, segundo Oliveira:

a expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução ampliada do capital), além de redefinir relações antigas subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a sua reprodução. (OLIVEIRA, 1981, p. 08).

Sua lógica não-capitalista tem como centro o grupo familiar, essa especificidade gera uma autonomia singular, na medida em que a terra e a força de trabalho estão amalgamados num só agente social (ALMEIDA, 2003, p. 86). O modo de produção e a reprodução da vida camponesa não são medidos pelo mercado, mesmo sendo esta classe, além de trabalhadora rural, também proprietária da terra, isso assegura a independência de seu trabalho, porque seu produto é produto acabado e porque, mesmo quando integrado à agroindústria, preserva a terra e o saber necessário à produção.

As necessidades de mercado não se sobrepõem às necessidades do grupo familiar, o que não deixa de inserir o campesinato na divisão de trabalho. Segundo Oliveira (1981) dentro do modelo capitalista de produção, o camponês se insere à medida que vende o produto de seu trabalho, diferente do operário, o qual vive uma sujeição real de seu trabalho ao capital. Ainda sobre o tema, para Martins *apud* Almeida (2003), o camponês se situa no mundo através de seu produto.

É nessa relação de conflito e contradição, frente à ameaça do capital – o qual não vê sentido na relação não-capitalista de produção camponesa, e por isso tenta desintegrá-la, que o camponês, com características a si atribuídas como o isolamento e o conservadorismo, se rebela contra a perda de sua condição camponesa. É justamente a tentativa de manter sua tradição camponesa que torna o camponês um revolucionário (ALMEIDA, 2003, p. 81). Afinal, segundo Martins (1991), contra a terra de negócio, tomada pelo capital, o campesinato reivindica a terra de trabalho, é contra essa imposição que essa classe resiste e luta, à medida

que produz e reproduz sua vida no campo, ao mesmo tempo que cria e recria sua identidade com a terra, sua identidade camponesa.

Agora, para compreender melhor o conceito de Martins (1991) quanto à terra de trabalho e terra de negócio, é necessário retomar algumas outras reflexões que abarcam a renda da terra, e constituem o limiar entre uma e outra concepção de seu uso e ocupação. Em primeira instância deve-se salientar, sobretudo, o caráter rentista do capitalismo brasileiro em específico, desenvolvido no campo a partir de uma relação entre a indústria e agricultura (ALMEIDA, 2003, p. 92). O capitalismo no Brasil se expande à medida que gera o latifúndio, ou seja, grandes extensões de terra nas mãos de um grupo minoritário de proprietários, as quais não cumprem sua função social, cuja por sua vez se consubstancia em servir para a produção e reprodução da vida.

Em contradição, o capital ao expandir o latifúndio também gera a reprodução dos camponeses, e a predominância latifundiária não representa, entretanto, um entrave para o capitalismo, mas sim, a possibilidade, de através da especulação, produzir capital fora dos circuitos produtivos: revelando assim a sua face rentista já citada. É nesse ponto, por exemplo, que Martins (1994) aponta uma diferenciação entre o modelo europeu e o modelo brasileiro de desenvolvimento capitalista no campo: para o autor, no primeiro a produção e circulação de capital é central, já para o segundo, marcado pela dependência colonial, a acumulação de capital se dá através da tributação e da especulação, isto é, com base na renda da terra.

O conceito de renda da terra, ou renda fundiária, é basilar para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, bem como a classe que vive dessa renda, os proprietários da terra. Segundo Marx (1974), a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro. A origem da renda fundiária surge com um grupo pequeno de proprietários do solo - do chão, da terra, em detrimento do restante da sociedade. Segundo Marx (1974), a renda fundiária se materializa a partir de quatro formas diferentes: 1. A renda absoluta, que diz respeito ao monopólio da terra, ou seja, pelo fato de alguém ter posse de uma extensão de terra através de sua compra, e dela extrair exploração; 2. A renda diferencial I, que se altera de acordo com a localização estratégica da terra e a sua fertilidade natural; 3. A renda diferencial II, que se refere à adição de capital nas diversas formas possíveis a fim de aumentar a fertilidade do solo; e 4. A renda de monopólio, gerada por condições edáfico-climáticas características de regiões em específico e não presentes em outras localidades, tornando-se únicas e portanto, gerando condições singulares de produção.

Assim passamos a compreender a apropriação capitalista da terra, a qual torna possível a subordinação do trabalho agrícola. Afinal, a renda paga ao proprietário da terra não nasce na

produção, se configurando segundo Martins (1981) como uma dimensão oculta, onde o proprietário cobra da sociedade inteira, porque é ela mesma quem é atingida com tal monopólio: o autor ainda defende que parte do trabalho de todos os trabalhadores da sociedade é dessa forma expropriado. Nesse sentido, o autor também salienta a separação entre produção do capital – a partir de relações não-capitalistas de produção dominadas pelo capital, como é o caso da produção camponesa; e reprodução capitalista do capital, que embora possam não parecerem atreladas a esse sistema, o são, como é o caso da propriedade capitalista da terra.

Seguindo esse raciocínio, voltamos para Almeida (2003), autora que atesta o campesinato como uma classe que não vive exclusivamente da renda fundiária, porque a produção é seu meio de subsistência imediato. Há momentos em que seu trabalho excedente assume a forma de mercadoria, e é nessas conjunturas favoráveis, onde o núcleo familiar camponês destina para o mercado a parte de sua produção que vai para além das necessidades da família, que o capitalista intermediário se apropria da renda: a sujeição da renda da terra ao capital oculta-se nesse momento na circulação da mercadoria, por muitas vezes a baixo custo para as famílias camponesas. Reforçando esses pensamentos, Marx (1974) afirma que o camponês é proprietário livre da terra, a qual configura-se como principal instrumento de sua produção, seu verdadeiro campo de ação para trabalho e geração de capital, numa situação dúplici enquanto classe: é proprietário de terra e trabalhador, sem viver de salário porque o trabalho a ele pertence.

É nesse sentido que se faz a diferenciação entre terra de negócio e terra de trabalho, ou seja, é nesse embate quanto à função da terra que também se diferencia a condição camponesa da condição capitalista no campo, afinal, a terra de trabalho é responsável pela produção e reprodução da vida camponesa, enquanto a terra de negócio é vista como fonte de acumulação de riqueza, seja pela especulação, através dos latifúndios, seja pela produção primária desenvolvida no capitalismo, resumida principalmente aos commodities agrícolas, por exemplo. É nessa luta, travada entre camponeses que moram e vivem de seu pequeno pedaço de chão no campo e empresários do agronegócio, que por muitas vezes vivem mesmo nos centros urbanos, e até mesmo fora dos países de conflito, que se dá a recriação camponesa: sua identidade se fortifica e se renova, é através desse processo dialético de resistência a partir de cada embate e da sua própria condição como produtor de alimentos, seja para sua família num primeiro momento, seja para o mercado interno em caso de excedente na produção, que o camponês enfrenta o capital e para tanto se estabelece como um agente aquém da estrutura

imposta, no intuito de transformar o sistema agrário vigente, e por consequência toda a dinâmica social que o processo de produção agrícola desencadeia na sociedade em geral.

O capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado, o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe (MARTINS, 1981, p. 175).

Portanto, a luta pela terra se configura como uma luta contra o capital, e sobretudo, não é tão somente a policultura; o misticismo no cultivo da terra; ou tradições regionalistas que constituem a identidade camponesa, mas sim, a capacidade de resistência frente aos ataques e às ameaças do grande capital – figurados principalmente através do latifúndio e do agronegócio - a todos esses elementos identitários essenciais para a manutenção da vida camponesa, centrados no núcleo familiar em defesa da terra como instrumento de trabalho. É nesse conflito entre terra de trabalho e terra de negócio onde reside a sua especificidade, até mesmo quando este possibilita a recriação camponesa, como é o caso dos trabalhadores rurais sem terra, e mais posteriormente, com relação a implementação da agroecologia nos assentamentos rurais.

2.2. A constituição da classe camponesa no Brasil

Destacada, portanto, a especificidade camponesa de maneira geral, agora podemos remontar um breve histórico da constituição dessa classe no nosso país. Não é a intenção desse trabalho remontar os conflitos de classe de maneira aprofundada quanto a questão agrária brasileira, visto que nosso objetivo principal é saber como o Jornal Sem Terra do MST no Rio Grande do Sul representa a identidade camponesa através da comunicação contra-hegemônica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entretanto, vislumbrando esse nosso objeto empírico como um produto histórico que é reflexo de toda uma trajetória de lutas camponesas que não começa com o MST, mas vai muito além na história, servindo como uma estratégia organizativa e formativa para o movimento, se faz essencial termos elencados os principais elementos históricos dessa problemática no presente trabalho. Para tanto, remontamos o pensamento de Florestan Fernandes:

Por mais que possamos desejar o contrário, o capitalismo como *modo e sistema* de produção constitui uma manifestação tardia da evolução econômica e histórico-social do Brasil. Ele não estava incubado no antigo sistema colonial, organizado de forma capitalista apenas ao nível da mercantilização dos produtos tropicais; e ele se expandiu realmente graças à desintegração do sistema de produção escravagista (FERNANDES, 1979, p. 106, grifo do autor).

É nesse ponto que podemos abordar o início da vida camponesa brasileira, que é alvo de divergência entre autores que abordam o tema. Cardoso (1987) fala de um protocampesinato índio e negro existente no Brasil colônia a partir de uma brecha camponesa no período escravocrata, o que, segundo o autor, por muitas vezes não é admitido, fato decorrente da concepção classificatória na qual o escravo é visto a partir das necessidades do capital e não como sujeito social - não admitindo, portanto, suas atividades autônomas. Para Franco (1997), com a produção colonial de monocultura de exportação, a pessoa escravizada representava a renda capitalizada, nas atividades voltadas ao mercado, sobrando aos homens pobres livres as culturas subsidiárias, mesmo que a eles não tenha sido dado o direito à terra, restando a posse informal. Para o autor, o campesinato nasceria então a partir de homens expropriados, sem vínculos com a produção para o mercado, à margem do sistema colonial, a ele ligados por contradição.

Compreender, ademais, um protocampesinato a partir da população indígena e negra no Brasil Colônia é dizer que esses agentes não eram meras peças a serem comandadas pelas engrenagens do capital à medida que eram exploradas. Para além de seus trabalhos voltados ao mercado, ou da subordinação cultural, esses sujeitos não perdem sua condição identitária, sua noção de classe. Por mais que isso seja muito objetivado pelas forças do capital, que nos conflitos estabelecidos sempre intenta sequestrar qualquer elemento que remonte uma coletividade, uma vida social capaz de projetar um novo modo de organização, não confluyente com seus interesses os quais se referem a manter a ordem do sistema de exploração estabelecido. Ignorar o campesinato nesse aspecto é negligenciar todos os movimentos de resistência existentes nesse período, os quais inclusive foram essenciais para o fim do período escravagista no Brasil, somados também a outros elementos históricos, tais como os quilombos, por exemplo.

Um divisor de águas, sem dúvida, é a Lei de Terras de 1850, umas das primeiras leis brasileiras depois da independência, quando a terra torna-se mercadoria e o campesinato toma outra forma: o laço que agora subjugará o trabalho livre é a propriedade fundiária. Segundo Almeida (2003) com a iminência da abolição, teremos o oposto do período escravagista: a concentração fundiária como produto do comércio negreiro do Brasil Colônia, na República

se reconfigura e o monopólio de classe sobre a terra se torna fator de sujeição do trabalho. Com o advento da terra como mercadoria, a terra de negócio, locais à margem da economia colonial, onde o processo de ocupação foi bastante irregular, foram espaços de muitas convulsões sociais: a demarcação de terras e o desenvolvimento de programas de colonização, “significava expulsar posseiros, bem como desrespeitar o direito costumeiro dessas populações. Não é por menos que os movimentos messiânicos tiveram como palco o sertão da Bahia e o sertão do Contestado.” (ALMEIDA, 2003, p. 104).

O movimento político, por sua vez, veio a ocorrer na década de 1950, com as Ligas Camponesas e a sindicalização no campo. O processo de formação das Ligas, segundo Almeida (2003), está diretamente ligado à expulsão e à exploração dos foreiros do Nordeste em função do novo surto do açúcar; e dos sindicatos ao futuro assalariamento dos trabalhadores expulsos. O que fica evidente, sobretudo, é o fato de que os vários movimentos surgidos entre o final da década de 1940 e o golpe de 1964 possuíam um elo que se baseava na resistência em pagar a renda da terra – o que, por sua vez, evidencia mais uma vez o papel central que a terra possui no desenvolvimento capitalista brasileiro, favorecendo a acumulação de capital através da renda da terra. A desarticulação das Ligas, entretanto, é atribuída ao isolamento no qual elas se colocaram quando fizeram a opção pela Reforma Agrária Radical, diferente da Reforma Agrária Popular que conhecemos hoje: em oposição a essa última, a proposta apoiada pelas Ligas Camponesas encarava o campo como um setor decisivo no projeto de revolução, o que levou esses movimentos a não compor a Frente Única preconizada pela esquerda brasileira na época.

A partir desse panorama, trazemos a tona um esquema elencado por Bogo (2010), o qual considera a natureza constitutiva do nosso país, tanto histórica como regionalmente falando, a partir de cinco diferenciações, para então assim poder classificar a identidade camponesa de maneira objetiva e pedagógica, centradas a partir de i. Características das atividades produtivas com a força de trabalho familiar, evocando aqui figuras como as quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, seringueiros, lavradores, colonos, pequenos agricultores, sertanejos nordestinos, meeiros e assentados; ii. Condições sociais e históricas sem definição de propriedade, tais como os quilombolas, posseiros, agregados, rendeiros, meeiros, sem terra e acampados; iii. Módulos de localização geográfica e residencial, podendo relacionar aqui representações camponesas como é o caso de ribeirinhos, extrativistas, cizaleiros e fundo de pasto; iv. Relações de trabalho assalariado com camponeses que extraem boa parte de sua renda a partir da venda da própria força de trabalho, como por exemplo os diaristas, vaqueiros, chacareiros e peões; e por fim v. caboclos e comunidades indígenas.

Esse esquema nos dá uma dimensão bem objetiva sobre a diversidade existente dentro da identidade camponesa: todas essas diferenciações de nomenclatura e categoria se reverberam em distinções no que diz respeito ao trato com a terra e a natureza nos diferentes modos de produção; aos diversos conflitos históricos que formaram a realidade agrária do nosso país; às regionalidades presentes no campo brasileiro; às relações de trabalho estabelecidas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura; bem como às diferentes concepções culturais e étnicas presentes no interior desse campesinato. Não há como negar, porém, que mesmo com tudo isso, há uma especificidade no tocante ao campesinato, quando assinalamos que todos esses grupos se identificam entre si à medida que se relacionam com a terra – sendo dela proprietários legais ou não – a partir de uma centralidade no trabalho que dará conta de suprir as necessidades do seu próprio núcleo familiar a fim de reproduzir as suas condições de vida.

É essa concepção, que encara a terra como uma terra de trabalho, que fornece as condições para a reprodução da vida camponesa a partir de seu núcleo familiar, que não consegue ser assimilada pelo capital - este por sua vez só vê vantagens em viabilizar a utilização e ocupação da terra vista como terra de negócio, ou seja, a terra que gera lucro através de sua exploração cada vez mais estimulada. Nesse sentido, a constituição e recriação da identidade camponesa não se dá em outro prisma se não no da resistência ao sistema capitalista que a todo custo tenta desintegrá-la. A própria reprodução e recriação da vida camponesa, por si só, é uma resistência e se configura como uma contradição do sistema capitalista. Por isso o campesinato está num constante processo de dissolução e afirmação, que segundo Bogo (2010), pode ser caracterizado também a partir de cinco vieses diferentes.

O primeiro seria a dissolução e a afirmação da história, a partir da concepção de que a identidade camponesa tem sua afirmação histórica de constituição e resistência a partir dos relatos históricos onde se comprovam os feitos, sua dissolução ocorre com ela sendo contada pela ótica dominante. Bogo (2010) afirma que isso ocorre no Brasil numa forma de violência cultural desde a chegada dos portugueses, com a colonização, passando pela escravidão e os processos de migração, mas também destaca que a resposta à dissolução histórica é a organização social, onde problemas sociais provocam as mobilizações e estas estruturam-se em lutas que dão forma à classe social: das lutas agrárias ocorridas ao longo da história do nosso país, resulta finalmente a formação dos movimentos sociais do campo a partir de meados da década de 80.

O segundo seria a dissolução e a afirmação da identidade, onde o campo é visto, a partir de interesses externos, como um atraso, e se desenvolvem preconceitos de si para si

próprio, fazendo com que as demais identidades ganhem superioridade sobre a existente. A indústria cultural contribui centralmente nesse processo, onde o mercado forma identidades de competição e submissão, a partir de dois movimentos: um para frente, concretizando a identidade desejada, e noutro para trás, desestruturando a existente. Não podemos pensar que não há resistência às tentativas de dissolução da identidade camponesa, é o que o autor chama de renascimento de outra identidade diferente da do capital, a partir do momento que os camponeses dão outra função social a terra, como terra de trabalho e não de negócio.

O terceiro é a dissolução e a afirmação do equilíbrio cultural, para Bogo (2010) a cultura é conhecimento que se vai reunindo e praticando ao longo da vida. A partir dela, com experiência, o camponês conseguiu estabelecer várias relações lógicas com a terra, a subdividindo, por exemplo, entre terra de trabalho, de descanso e de reserva; diferenciou os animais de trabalho dos animais de consumo, bem como as árvores frutíferas das árvores de lenha e os insetos danosos dos insetos colaboradores. Essa cultura é veementemente atacada pela expansão da agricultura comercial, desequilibrando-a - para o autor: “a expulsão dos camponeses não só esvazia o campo de seres humanos, mas também libera as forças do capital para agirem livremente para desarmonizar a convivência do ecossistema” (BOGO, 2010, p. 107).

A dissolução e afirmação da tradição seria o quarto, é nesse viés que o autor destaca o quanto as práticas camponesas são passadas de geração para geração num processo que se inicia logo na infância, e demonstra valorização aos sujeitos mais velhos, enfatizando a importância da instituição escolar com qualidade, ou seja, que valorize os aspectos culturais do meio para todas as crianças camponesas. É nesse sentido que o precário ensino público no campo é apontado, seja na dificuldade de expansão de sua abrangência, ou até mesmo na constante ameaça de fechamento de escolas rurais, ações essas estruturais e concretas na dissolução da tradição camponesa, que são respondidas através da afirmação da luta em defesa da educação no campo, por exemplo.

E por fim, temos o quinto, da dissolução e afirmação da consciência:

A forma da consciência é o modo de existir da consciência integrada a um movimento que evolui e regride. A formas que são consideradas empíricas, que se desenvolvem pelas experiências, e há formas que dependem de conhecimento mais elaborado. Na ausência deste, a consciência ao invés de passar para o nível superior, retrocede ou permanece no nível inferior (BOGO, 2013, P. 113).

Isso repercute também na agricultura, pois existem um conjunto de experiências empíricas que embasam as práticas agrícolas de produção camponesa, bem como existem

várias técnicas agronômicas de conhecimento técnico e científico, muitas vezes prestadas via assistência especializada. Acontece, portanto, a dissolução da consciência quando os conhecimentos camponeses empíricos são completamente desconsiderados, e aquilo que se pratica técnica e cientificamente, é em verdade completamente aleatório, por vezes até mesmo oposto àquilo que aquele núcleo familiar camponês acredita enquanto modo de produção. Segundo Bogo (2010), a produção da renda e da cultura, na agricultura, não se separam. E é nesse sentido, que a afirmação da consciência camponesa deve se dar como estratégia tradicional dos povos na produção de alimentos, legitimando e introduzindo as práticas da consciência empírica imbricadas na cultura e na identidade do campesinato, aos estudos e aplicações de uma consciência baseada em conhecimentos mais elaborados e organizados.

A afirmação da história, da identidade, do equilíbrio cultural, da tradição e da consciência camponesa são elementos que comprovam formas variadas pelas quais o campesinato é atingido pelo capital, mas também se recria e resiste. São elementos como esse que conseguem esboçar uma especificidade camponesa à medida que a diferencia de outros elementos culturais e identitários presentes na sociedade. Essa especificidade, como já citado, nada menos é do que um modelo de produção centrado na família, encarando a terra como um instrumento de trabalho e não de negócio, modelo esse que se contrapõe ao do capitalismo, por não visar o lucro estruturalmente, mas sim a reprodução da sua própria condição, enquanto cultura camponesa vivida. É produto desses conflitos históricos também presentes na história do Brasil, inclusive muito decisivos para o desenvolvimento do capitalismo no nosso país, que surge ainda na ditadura militar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assunto do nosso próximo capítulo.

3. MST: DA RESISTÊNCIA NA LUTA PELA TERRA AO PROJETO AGROECOLÓGICO

O presente capítulo abordará o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir dos seus marcos históricos de luta pela terra, com os acampamentos e seu habitus específico; passando pelas fases de estabelecimento do MST como um movimento social legítimo e nacionalizado no Brasil, até chegar ao momento no qual podemos dizer que o MST também passa a fazer a luta na terra, com a incorporação do debate ecológico dentro do conjunto de suas pautas através da agroecologia. Ressaltamos aqui a importância do debate ambiental no movimento, tendo em vista o seu caráter holístico dentro do MST: mais do que uma simples setorial de lutas, a pauta ecológica, através da agroecologia, começa a perpassar na prática todos os setores do movimento, seja de produção, educação, mulheres, de massas, entre outros, se apresentando como uma nova recriação camponesa frente os desafios do século postos à reforma agrária com o agronegócio.

Também falaremos nesse capítulo sobre a história do MST com relação à comunicação social, e como o movimento encarou estratégias de comunicação como algo essencial para a organização e a formação dos sem terra. Nesse sentido, falaremos de um dos principais meios de comunicação contra-hegemônicos do MST, o Jornal Sem Terra, uma das várias mídias pelas quais o movimento se comunica, organiza e forma sua base. Levemos em consideração aqui o termo formação atrelado à formação educacional e política do MST, referente a acúmulos teóricos e à realização de discussões táticas e estratégicas quanto à luta pela terra inserida nos conflitos de classe; e organização como o fio condutor que estrutura o MST da direção do movimento até a base, bem como da base do movimento até a sua direção, num caminho dialético de duas vias, abarcando nisso o diálogo e a comunicação exercidas para dar coesão, unidade e pragmatismo às ações do MST como um todo, gerando com isso o que podemos chamar também de identidade sem terra, uma característica em específico da cultura camponesa, que a fortifica e renova.

Por fim, vamos abordar a apropriação feita pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do debate referente à agroecologia, sua concepção, suas práticas, seus avanços e seus limites. A importância desse modelo, considerado um modelo científico para a reprodução da vida no campo, que apresenta uma alternativa de superação do atual sistema de produção de alimentos e exploração da terra, o qual por sua vez utiliza agrotóxicos e modifica

geneticamente as sementes, além de expulsar do campo e desumanizar em seu trabalho a classe camponesa. Esse novo sistema de produção seria baseado na soberania alimentar, na fertilização natural do solo, na qualidade de vida no campo e na preservação e reestruturação da natureza, a fim de produzir alimentos saudáveis como frutos de um trabalho sem exploração, o que seria portanto a agroecologia.

3.1. História do MST: a luta pela terra e a luta na terra

Os primeiros registros de ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) datam de 1979 e ocorreram nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul (FERNANDES, 2010), tendo como marco o Acampamento Natalino, constituído na Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta, no interior do Rio Grande do Sul, de 1980 a 1983 – cujo nome não representa na sua essência uma repetição da forma-conteúdo acampamento inaugurada pelo Master, movimento de luta pela terra constituído no período militar (ALMEIDA, 2003).

O que Almeida (2003) designa como a forma-conteúdo dos acampamentos do MST, e os diferencia dos demais movimentos de luta pela terra, vai para além de expor à sociedade, através dos barracos de lona preta instalados em latifúndios, o conflito de classes dentro do meio agrário brasileiro, mas sim de num segundo momento assumir outros significados, que são basicamente de construção daquilo que o movimento designa como “identidade sem terra”. Essa diferença deve-se, no caso do MST na sua singularidade, à revelação de *habitus* específicos do campesinato e à manifestação de um projeto político ideológico de transformação social:

Isto significa dizer que o acampamento cumpre papel diferenciado de acordo com a bandeira de luta responsável pela sua organização, até porque a trajetória de formação do MST e conseqüentemente o papel que as ocupações-acampamentos têm na sua história de luta pela terra e no ideário de “transformação da sociedade” são seus maiores indicadores do conteúdo diferenciador (ALMEIDA, 2003, p. 235).

Ou seja, os acampamentos do MST, desde o seu início, tem como diferencial a capacidade organizativa e formativa de seus militantes enquanto protagonistas da luta camponesa pelo direito à terra, inserida dentro dos conflitos de classe entre a burguesia e a classe trabalhadora em todos os seus âmbitos. Sempre com incentivo de intelectuais marxistas e da Comissão Pastoral da Terra, a CPT, a formação política e ideológica da base do MST

dentro dos acampamentos forja uma militância que vai para além da pauta imediatista da conquista do pedaço de chão, para se configurar como uma luta por profundas transformações sociais num viés estrutural dentro da sociedade, algo que mais tarde também vai refletir a luta dos assentados da reforma agrária, por melhor qualidade de vida no campo e em defesa de direitos. A relação entre a comunicação social produzida pelo próprio movimento e esse processo organizativo e formativo do MST tem importância fundamental no que diz respeito à consolidação dessa identidade sem terra específica, e em breve será abordada nesse trabalho.

O MST, segundo dados do próprio movimento, está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 1,5 milhão de militantes em sua base (BARBOSA, 2013, p. 06), sendo que 400 mil destas pessoas estão acampadas reivindicando sua terra. 350 mil famílias organizadas no movimento, ou seja, pouco mais de um milhão de pessoas, já conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais, e hoje estruturam coletivamente 90 cooperativas, 96 agroindústrias e mais de 1900 associações.³

Com esta dimensão nacional, as famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com uma coordenadora e um coordenador. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres. Da mesma forma nas instâncias nacionais. O maior espaço de decisões do MST são os Congressos Nacionais que ocorrem, em média, a cada 5 anos. Além do Congresso, a cada dois anos o MST realiza seu encontro nacional, onde são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no Congresso. (MST, 2014, Quem Somos)⁴

Fernandes (2010) defende que o processo de organização e territorialização do MST pode se diferenciar em quatro momentos de formação: gestação, de 1979 a 1984, período esse que antecede a fundação oficial do movimento; consolidação, entre 1985 e 1989, onde o movimento toma caráter nacional e se consolida em vários estados brasileiros; institucionalização, a partir de 1990, onde se inicia um processo de renovação do MST a fim de manter a organização não só dos camponeses acampados, mas também daqueles que foram assentados da reforma agrária; e mundialização, com a criação da Via Campesina, no fortalecimento de uma rede de movimentos e organizações sociais do campo a nível global.

³ Visto em MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Nossa Produção, em novembro de 2017. < <http://www.mst.org.br/nossa-producao/> >

⁴ Visto em MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Quem somos, em novembro de 2017. < <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text> >

Durante esse período se tem a consolidação da modernização do campo, com a revolução verde, aliada ao capital financeiro na agricultura, o conhecido agronegócio. Esse modo de produção baseia-se no comércio de commodities agrícolas, numa ofensiva predatória ao meio ambiente, com a privatização dos bens naturais e a monopolização do patrimônio genético, “esse modelo de produção manteve-se nas últimas décadas desde 1990, mesmo com a chegada de governos progressistas no poder” (FERREIRA, 2014, p. 40). Esses governos, embora tenham diminuído as desigualdades sociais na América Latina em geral, não se desprenderam do capital financeiro.

Nesse sentido, o MST, desde sua fundação em 1984 na cidade de Cascavel no Paraná, quando 80 representantes do movimento de 13 estados da federação fixaram três eixos principais de sua luta: 1. A luta pela terra; 2. A luta pela reforma agrária; e 3. A luta por mudanças sociais no país (SECRETARIA NACIONAL DO MST, 2010, p. 9); vem paulatinamente deixando de inserir em seus debates de maneira periférica a questão ambiental, para cada vez mais dar uma importância maior a este tema dentro do movimento. Uma das organizações que mais contribuiu para esse acúmulo e para a aproximação do MST do debate ambiental foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica e criada em 1975, com o objetivo de prestar assistência aos trabalhadores rurais, posseiros e peões da Amazônia (Ferreira, 2014, p. 42). Essa aproximação fez gerar acúmulos teóricos e políticos que ultrapassam a luta pela terra, das ocupações e dos acampamentos, para saltar à luta na terra, com o cooperativismo, o trabalho coletivo e a agroecologia.

A questão ambiental no MST vai passando a integrar o ideário do movimento à medida que sua militância começa a debater a função social da terra combinada à luta ecológica, tendo como marco o “Seminário o MST no momento político atual: situação e perspectivas”, em 1998, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Ferreira, 2014, p 46), quando Ademar Bogo, escritor e militante sem terra já citado no presente trabalho, aponta uma mudança no paradigma socioambiental como uma linha de atuação capaz de promover transformação social e de buscar uma identidade coletiva para o movimento. Para Negri (2005), desde então o MST vivencia uma etapa de “Transição Agroecológica” como um novo paradigma de desenvolvimento econômico e uma alternativa para a agricultura, através de um processo de ecologização, numa passagem do modelo agroquímico para uma base ecológica, algo que não se realiza de forma automática, mas sim, manejando o agroecossistema racionalmente, respeitando o ambiente (NEGRI, 2005, p. 61).

Para o MST, a agroecologia é baseada na crítica feita à matriz agrícola, entendendo-se a necessidade de potencializar os efeitos naturais de fertilidade, complexidade e produtividade

ecossistêmica a partir de um amplo debate sobre a tecnologia utilizada (COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST, 2009, p. 13). O movimento salienta ainda que, para praticar a agroecologia, é preciso haver apoio às comunidades rurais, possibilitando uma real qualidade de vida para as famílias camponesas, e que esse modo de produção e reprodução da vida no campo pode ser adotado dentro de um viés capitalista, contudo o objetivo da agroecologia não é perpetuar esse sistema, mas sim combatê-lo, opondo-se ao capital financeiro (FERREIRA, 2014, p. 46).

Desde então o debate ecológico foi ganhando cada vez mais força dentro do movimento, em 1999 o MST realiza o seminário sobre Meio Ambiente e Reforma Agrária, em Ribeirão Preto, onde lança um documento em defesa do meio ambiente, no qual aponta que não poderiam ser consideradas produtivas as atividades rurais que necessitassem utilizar inadequadamente os recursos naturais e degradassem o meio ambiente (FERREIRA, 2014, p. 48). Em 2000, o documento final do IV Congresso do MST destaca o meio ambiente como uma das bandeiras de luta da reforma agrária (MST, 2000, p. 4) e em 2001 o Setor de Produção e Cooperação do movimento incorpora Meio Ambiente em seu nome para contemplar a dimensão ambiental de seu projeto, bem como foram criados coletivos em âmbitos nacional, estadual e local sobre o tema; essa adaptação é um dos exemplos que nos faz concluir que o movimento deixou de vislumbrar o que ele próprio chama de reforma agrária tradicional para construir a reforma agrária popular.

Fica evidente, por fim, que assim como se desenvolveu e se consolidou o MST por vários estados de todas as regiões do país, também se desenvolveram e se consolidaram debates dentro do movimento que recriaram suas condições e renovaram suas pautas. Entender que a bandeira ecológica não é apenas mais uma das pautas setoriais do MST, mas sim uma nova condição da realidade camponesa frente aos desafios postos pelo agronegócio, como uma resposta capaz de apontar um projeto agroecológico para a produção de alimentos saudáveis no campo brasileiro, é compreender mais uma fase da resistência do campesinato, que agora não mais enfrenta somente o latifúndio improdutivo na luta pela desapropriação de terras, mas também enfrenta os grandes empresários multinacionais do agronegócio do capitalismo globalizado.

3.2. A comunicação sem terra para a organização e a formação

A comunicação social sempre foi considerada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra uma ação política de grande importância, é através dela também que se invoca o que o MST intitula de mística, impulsionando militantes à luta através da inclusão da produção jornalística e midiática dentro da cultura popular camponesa. É o que remonta a tese de Alexandre Barbosa (2013), a qual fala sobre a ação política contra-hegemônica da comunicação do MST, analisando qualitativamente as 316 edições do Jornal Sem Terra produzido pelo MST a nível nacional, desde sua criação em 1981 até o período de início da pesquisa em 2011, partindo do conceito leninista de jornal como organizador coletivo, posteriormente também abordando a função formativa e informativa dessa ferramenta a partir das contribuições de Antonio Gramsci.

Vale lembrar, antes de falarmos sobre o Jornal Sem Terra, que o MST possui vários outros meios de comunicação do movimento ao longo de sua história, e cada um deles tem uma atuação específica, com intencionalidades e públicos distintos. Um exemplo, segundo Barbosa (2013) é a Revista Sem Terra, que teve seu último exemplar publicado em outubro de 2010, cuja era voltada ao público de apoio ao movimento. A revista tinha publicação bimestral e era produzida por jornalistas profissionais ligados à Secretaria de Comunicação do MST, ela deixou de circular pelos elevados custos de sua publicação.

Na internet o movimento conta com várias plataformas: começando pelo site oficial do movimento, cujo endereço eletrônico já aparece na edição 170 do Jornal Sem Terra de julho de 1997 (BARBOSA, 2013, p. 16). O site do MST se tornou, segundo o autor, um dos veículos de comunicação mais utilizados para saber notícias da organização e de outros movimentos sociais, além de servir de material para a produção das rádios comunitárias. O site conta com os seguintes canais: 1. MST, onde se fala sobre o movimento, suas bandeiras e sua organização, além de uma galeria com ícones da luta popular, e arquivos do Jornal e da Revista Sem Terra; 2. Nossa Produção, do Setor de Produção do MST, falando das cooperativas, das associações e dos produtos dos assentamentos; 3. Biblioteca: com textos nas linhas editoriais de agricultura, agronegócio, direitos humanos, educação, cultura, comunicação, reforma agrária, entre outros; 4. Vídeos; 5. Especiais, com conteúdo multimídia para campanhas, congressos e jornadas de lutas; 6. Mural, com um espaço de apoio para comentários; 7. Loja da Reforma Agrária, com artigos como bonés, camisetas, bandeiras, broches, CDs, livros e produções dos assentamentos; 8. Indicamos, com endereços de outros sites; 9. Contato; e por fim 10. Sem Terrinha, uma página com interações infantis.

Nas redes sociais temos a página oficial do MST no Facebook – que com dados atualizados contabiliza mais de 330.000 curtidas, 7.300 imagens postadas e 680 vídeos⁵; o seu Twitter – que conta com pouco mais de 79.900 seguidores, 13.000 tweets e 2.000 imagens⁶; e o canal no Youtube – com mais de 2500 inscritos e 330 produções⁷. Essas mídias servem para divulgar constantemente na internet – e por muitas vezes em tempo real, tanto para a base do movimento quanto para o seu público de apoio, as ações do MST, sejam suas campanhas, suas jornadas de lutas ou suas mobilizações - há também interação do movimento com demais organizações sociais de modo geral através dessas mídias. Os vídeos produzidos vem das oficinas audiovisuais feitas pelas escolas de formação do movimento e também da Brigada Audiovisual Eduardo Coutinho. Há também conteúdos exclusivos para a página do Facebook do MST, como é o caso de transmissões ao vivo de debates feitos especialmente para este meio de comunicação, também divulgados anteriormente pelo Twitter.

Sem esquecer o envolvimento do MST com rádios livres e comunitárias através das relações dos próprios militantes da base do movimento. Existem programas produzidos por assentados da reforma agrária veiculados em rádios comunitárias, mas também existem emissoras livres mantidas por assentamentos do movimento, como é caso da Rádio Terra Livre no Rio Grande do Sul (BARBOSA, 2013, p. 19). Houve também, na segunda metade da primeira década dos anos 2000, a experiência da Rádio Vozes da Terra, parceria do MST com a ONG Oborê, de produção de conteúdos radiofônicos transmitidos pela WEB, que atualmente já não mais existe.

Mais ainda, outro meio de comunicação da base do movimento são as artes: o muralismo, o teatro e a música. Um dos grandes momentos de congregação de todas as produções artísticas e culturais dos militantes sem terra é o Festival de Arte e Cultura da Reforma Agrária, onde existem concursos de música que originam CDs do movimento; exposições de poesias, feira com a produção dos assentamentos e apresentações de artistas apoiadores do movimento. Sem esquecer que em todos os espaços do MST, sejam locais, regionais ou nacionais, tais como os Encontros, Cursos de Formação ou Congressos, há momentos onde se trabalha o que o próprio movimento chama de mística, envolvendo performances teatrais, artísticas e culturais que evocam o sentimento de pertencimento e de luta de sua militância.

⁵ Visto em MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Facebook, em novembro de 2017. < <https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra> >

⁶ Visto em MST Oficial @MST_Oficial no Twitter, em novembro de 2017. < https://twitter.com/mst_oficial >

⁷ Visto em Movimento Sem Terra no Youtube, em novembro de 2017. < <https://www.youtube.com/user/videosmst/> >

Não há como negar, entretanto, a importância do Jornal Sem Terra, desde a sua primeira edição, para os demais meios de comunicação do MST. Nas suas mais de 300 publicações, com periodicidade mensal, o Jornal se estabeleceu como um dos fatores responsáveis pela organização e formação do movimento, e deu origem até mesmo ao encarte Jornal Sem Terrinha, destinado às escolas dos assentamentos, para trabalhar a formação crítica, política e pedagógica das crianças sem terra - o encarte já passou das 40 edições. Nesse sentido, vale remontar um pouco da história deste meio de comunicação que foi e continua sendo fundamental para o MST, bem como seu caráter organizativo, segundo a teoria leninista, e também formativo, segundo as contribuições de Gramsci, apontadas por Barbosa (2013).

Para remontar a história do Jornal Sem Terra, é preciso remontar a história do próprio MST, visto a relação umbilical entre seus meios de comunicação e a consolidação desse movimento social. Sobretudo, segundo Barbosa (2013), o período que marca a fase embrionária do MST é perpassado por um estágio de reorganização dos movimentos da classe trabalhadora no final da ditadura militar brasileira, e no caso do interior do Rio Grande do Sul, onde existem os primeiros focos organizados de ocupações de terra, há um cenário de confluência entre agrupamentos de esquerda, sindicalistas e setores da igreja católica ligados à Teologia da Libertação. É nesse ambiente que em 1978, na cidade de Ronda Alta, cerca de 30 famílias ocupam a Fazenda Sarandi e são expulsas pelo governo da época.

A partir disso, segundo Morissawa (2001), trabalhadores sem terra começaram a discutir, realizar assembleias e analisar as saídas para os problemas que enfrentavam. A Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica, e o Centro de Assessoria Multiprofissional, entidade de estudantes e sindicalistas, formaram e fomentaram grupos de discussão que se configuraram como sementes do MST. Ainda de acordo com o autor, uma decisão tomada pelo grupo expulso da Fazenda Sarandi foi de criar um abaixo-assinado tendo como remetente o governador do estado, ação essa que não obteve respostas quanto as suas reivindicações propostas: foi a partir daí que terras da Fazenda Macali foram ocupadas em 1979, por cerca de 110 famílias, e outras famílias ocuparam a Fazenda Annoni, ambas em Sarandi. Já em dezembro de 1980, famílias que não haviam sido assentadas nessas lutas anteriores formaram um acampamento num local chamado Encruzilhada Natalino, entroncamento das estradas que levam aos municípios de Sarandi, Ronda Alta e Passo Fundo: em sete meses, o número de famílias acampadas aumentou para 300, chegando a marca de três mil pessoas.

É nesse processo que nasce, segundo Barbosa (2013), o primeiro órgão de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: o Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, mas tarde chamado de Boletim Sem Terra, nome esse que perdurou até o Congresso de fundação do MST em 1984, quando passa a chamar Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pra num momento posterior passar a ser reconhecido apenas como Jornal Sem Terra. “O primeiro Jornal Sem Terra data de maio de 1981, tendo 12 páginas datilografadas e distribuídas em cópias mimeografadas, cuja capa já trazia a expressão Sem Terra, que seria a marca de identidade do jornal até hoje” (BARBOSA, 2013, p. 87). O primeiro editorial mostra os planos do Boletim:

O Boletim circulará periodicamente na intenção de manter ‘aceso o fogo que clareia’ as reivindicações dos trabalhadores rurais e também veicular todas as manifestações de apoio e solidariedade que tem recebido [...] “servirá, ainda, para que os agricultores renovem seu apelo à sustentação dessa luta e ao mesmo tempo, manifestem o seu profundo e comovido agradecimento aos que nela, de uma forma ou de outra, já estão empenhados (BOLETIM SEM TERRA, 1981, nº 01)

Ou seja, desde o seu início, o Jornal Sem Terra sempre teve caráter periódico, e a intenção de organizar sua base militante em torno das pautas do movimento, bem como dialogar com seu público de apoio, externo ao MST. A partir disso, podemos dividir os usos da comunicação pelo MST em quatro estágios, segundo Barbosa (2013): o primeiro deles seria de 1. Uso estratégico do jornal para auxiliar na organização do movimento, na sua fase embrionária; o segundo seria de 2. Consolidação da identidade nacional, com divulgação de análises políticas e experiências entre os estados; já o terceiro seria de 3. Divisão da comunicação feita para a base e feita para a sociedade, com contratação de jornalistas profissionais por parte do movimento e utilização de outras mídias como a revista, a internet e a rádio; e de 4. Utilização da Comunicação como formação, instrumento para a educação, que a partir da segunda metade dos anos 90 ganha muito mais força, e hoje em dia, com a agroecologia, volta-se para uma nova construção identitária e uma outra recamponização na luta contra o agronegócio.

Essas quatro fases elencadas pelo referido autor, conseguem ilustrar bem as contribuições tanto de Lênin (2010) e Gramsci (2010), do jornal como estratégia de organização, e de formação, consecutivamente. O foco de Lênin (2010), quando aborda essa questão, está na tarefa das organizações revolucionárias como responsáveis pela elevação da consciência de classe dentro das lutas econômicas, ou seja, dentro das reivindicações mais imediatas – portanto, no caso do MST, da consciência de classe a partir da luta pela terra. A

partir dessa lógica, a luta pela reforma agrária poderia ser considerada pelos trabalhadores rurais como algo imediatista, e que a partir da conquista da terra, a luta da família assentada teria chegado ao seu objetivo final; porém, os trabalhadores organizados passam a compreender a luta pela reforma agrária também como algo político inserido dentro dos conflitos de classe.

Lênin (2010) argumenta que um veículo de comunicação pode se tornar um “organizador coletivo” e formar organizações políticas fortes: um jornal comum, de caráter nacional, publicado com periodicidade, síntese de todas as atividades, de modo a incitar as pessoas a avançar constantemente, servindo de incentivo para outras lutas – como um orientador e organizador das ações. Entre os conteúdos do jornal estariam, por exemplo, informações e trocas de experiências, dados para debates e denúncias políticas e econômicas. Nesse sentido, o autor atribui fundamental importância tanto ao trabalho de produção do jornal, quanto dos resultados que desse veículo fossem gerados, para tanto, a elaboração de um jornal não é trabalho de gabinete, é sobretudo, condição para preparar e por em ação essa revolução na medida em que vai preparar os quadros envolvidos nela.

Já para Gramsci (2010), o conceito de jornalismo integral vai para além da organização política e chega ao programa político-educativo, ou seja, não se configura apenas como informação, mas também como formação. O autor diferencia os jornais informativos, ou “sem partido” explícito – que podem ser caracterizados, hoje, como jornais da indústria jornalística hegemônica, dos jornais de opinião, dedicados a um público: geralmente, os jornais de opinião são órgãos oficiais de um partido. Gramsci (2010) ainda critica uma visão funcionalista dos fundamentos do jornalismo integral, afinal, para o autor não basta a difusão de um modo de agir e pensar por um centro homogêneo – por isso, o autor considera importante a repetição paciente e sistemática, ou seja, a adaptação de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais situando cada aspecto parcial na totalidade, e complementa:

O trabalho educativo-formativo desenvolvido por um centro homogêneo de cultura, a elaboração de uma consciência crítica [...] não pode limitar-se à simples enunciação teórica de princípios “claros” de método: esta seria uma mera ação própria de “filósofos” do século XVIII. O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado: deve haver dedução e indução combinadas, a lógica formal e a dialética, identificação e distinção, demonstração positiva e destruição do velho. Mas não de modo abstrato, e sim concreto, com base no real e na experiência afetiva (GRAMSCI, 2010, P. 206).

O Jornal Sem Terra, nesse contexto, se configura como uma estratégia de organização e formação, e é nessa lógica que podemos estabelecer um paralelo com as quatro fases da constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como já visto neste trabalho, e também, conseqüentemente, com as quatro fases de atuação do Jornal do movimento, desde sua primeira edição, como já visto aqui também. Nesse sentido, o que veremos a seguir, são os resultados de uma análise feita do Jornal Sem Terra do MST do Rio Grande do Sul, com suas especificidades e particularidades, e como o jornal reproduz, fomenta e recria a representação da identidade camponesa através de sua comunicação contra-hegemônica no MST. Para tanto, utilizamos o método de análise de sentidos, e sobre ele e sua aplicação no objeto empírico proposto falaremos agora.

3.3. A análise de sentidos aplicada ao Jornal Sem Terra

Antes de apresentarmos a análise do nosso objeto empírico, o Jornal Sem Terra produzido pelo Setor de Comunicação do MST do Rio Grande do Sul, é necessário falarmos sobre o método de análise escolhido para esse trabalho. De início, Rosário (2006) salienta que o método é um percurso escolhido pelo pesquisador dentre outros caminhos possíveis, para dar conta de um problema/objeto de investigação – sobretudo, uma investigação planejada para obter um conhecimento. A partir disso, segundo a autora, a metodologia deve definir critérios, delimitações e modelos, não esquecendo de mencionar que, mesmo com esses aspectos científicos sendo, de fato, indispensáveis, os modelos prontos de análises nem sempre são os mais adequados, tendo em vista que estes podem, por vezes, engessar a investigação.

Agora, quando se fala em interpretação de textos, no sentido amplo do termo, a problematização e a metodologia podem relacionar-se com a semiótica, a análise de discurso, a linguística, entre outras esquematizações amparadas por um vasto referencial teórico, ademais, nunca haverá uma análise que capte uma verdade única do texto, afinal, diferentes orientações teóricas levarão a diferentes transcrições. Segundo essa lógica, Eco, citado por Rosário (2006), enfatiza que são possíveis interpretações variadas, mas não qualquer interpretação, até porque, longe de uma neutralidade científica, a análise sempre será feita a partir da transversalidade de gênero, raça, classe social, escolaridade, e do habitus de quem a produz.

Wright Mills, citado por Rosário (2006), observa que, sendo o sujeito fortalecido pela empreitada teórica, ele mesmo poderia ser seu próprio metodólogo: direcionado pelo problema de pesquisa e fundamentado nas ferramentas teóricas condizentes com o tema. A partir disso, ao falarmos da análise de sentidos particularmente, é importante ter em mente que esse processo se consubstancia no exame de um objeto em específico, para a partir daí encontrar sentidos, significados, indicadores, categorias, interpretações e conteúdos. Ou seja, diferente da análise de conteúdo, que se desenvolve pelo viés quantitativo, o caráter qualitativo da análise de sentidos, a partir de evidências empíricas transcritas e avaliadas de maneira lógica e organizada, tenta buscar o aprofundamento do conhecimento da realidade pesquisada. É através do referencial teórico estudado, aplicado metodologicamente à análise do objeto empírico, que estabelecemos critérios, e estes por sua vez, são estabelecidos por um grupo de padrões para apoiar e justificar as escolhas.

A escolha pela metodologia de análise de sentidos no presente trabalho se dá em função do aporte teórico escolhido para o seu embasamento: desde o conceito de cultura, a partir do viés sociológico da virada cultural, e a partir disso, chegando à noção de outros conceitos, tais como o de identidade – e dentro deste, de identidade de resistência e identidade de projeto – e até mesmo de representação, todos estes já discutidos anteriormente. O esquema metodológico que melhor conseguiu relacionar esses conceitos com o nosso objeto empírico, o *Jornal Sem Terra do MST-RS*, a partir de uma análise qualitativa que envolva os estudos culturais dentro do campo da comunicação social, foi a análise de sentidos. É a partir desse pensamento que queremos analisar e demonstrar nossos resultados obtidos quanto à representação da identidade camponesa através da comunicação contra-hegemônica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Grosso modo, segundo Rosário (2006) o caminho de uma investigação de análise de textos em geral é definido por dois pontos: 1. Da reflexão com base numa construção teórica: para tanto, a pesquisa bibliográfica deve ser encarada como um artífice para a coleta de informações reconhecidas, e também para indicar um percurso metodológico; e 2. O exame de um *corpus*: esse ponto se divide entre a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa – a exploratória é responsável pela aproximação do pesquisador de seu objeto, para a eleição de um *corpus* mais adequado (no nosso caso, a aproximação com a constituição do campesinato no Brasil, bem como do MST e de sua relação com a comunicação nos fez eleger um objeto empírico de análise, sendo este o *Jornal Sem Terra do MST-RS*); já a descritiva se relaciona com o levantamento de características, categorias e elementos pertinentes à análise (nesse ponto, são levantados elementos como as capas, as matérias e os editoriais das edições do

Jornal Sem Terra do MST-RS, bem como categorias de discurso presentes nesses textos, como é o caso do fomento, da reprodução e recriação de uma identidade camponesa de resistência, em alguns casos, ou de projeto, em outros); e por fim a explicativa, que aprofunda o conhecimento do objeto, identificando os fatores que contribuíram para essas ocorrências (ou seja, aqui se explica, através dos sentidos dos textos analisados, a relação do MST e do campesinato com as lutas pela reforma agrária e em defesa de direitos, atrelada à identidade camponesa de resistência; bem como da agroecologia, com a produção de alimentos saudáveis com qualidade de vida no campo e preservação do meio ambiente, na luta contra o agronegócio, atrelada à identidade camponesa de projeto).

A partir disso, optamos por dividir em quatro momentos a análise de sentidos, para assim podermos executar a nossa pesquisa. No primeiro deles, elencamos quais os elementos de linguagem estão sendo usados, e portanto, falamos da estrutura do Jornal Sem Terra: suas capas, editoriais, matérias e imagens; no segundo momento abordamos a forma como esses elementos são utilizados para produzir sentidos, ou seja, identificamos elementos que organizam o discurso simbólico do jornal, desde os símbolos do MST presentes no encarte, até termos e conceitos abordados, selecionando aqueles que aparecem de maneira mais recorrente; já no terceiro momento, a partir dessa seleção feita, dividimos as capas, os editoriais, as matérias e as imagens do Jornal entre duas categoriais distintas, uma delas referente ao fomento, à reprodução e recriação de uma identidade camponesa de resistência, atrelada à luta pela terra e na terra, em defesa da reforma agrária popular e por direitos, e outra referente ao fomento, à reprodução e recriação de uma identidade camponesa de projeto, atrelada à agroecologia, com produção de alimentos saudáveis, qualidade de vida no campo e preservação do meio ambiente, na luta contra o agronegócio; por fim, no quarto e último nível de análise, abordamos como se apresenta o processo de significação, atrelando ele ao contexto geral no qual o MST, e por consequência o Jornal Sem Terra, se enquadra.

Vale ressaltar, que essa metodologia de análise consegue mostrar que não é intenção dessa pesquisa partir da premissa de que o MST e o movimento campesino do Rio Grande do Sul, possui uma identidade de resistência e também outra identidade sendo edificada a partir desta como um projeto, para destarte dessa convicção comprovar empiricamente o que temos como hipótese, através da representação feita pela comunicação contra-hemegônica do Jornal Sem Terra. Pelo contrário, o que a metodologia de análise de sentidos, dividida em quatro momentos, consegue evidenciar, é que com a aproximação feita do *corpus*, e apenas depois disso conseguindo extrair dele os elementos necessários para a análise, na comparação com o nosso referencial teórico da pesquisa exploratória, é que temos a constatação evidente da

recamponização, primeiro através da luta pela terra e na terra, ou seja, da identidade camponesa de resistência que construiu o MST, e segundo, frente aos novos desafios postos pela globalização, pelo agronegócio e pelo mercado financeiro, uma outra recamponização através da agroecologia, ou seja, de uma identidade de projeto. É isso que abordaremos no próximo capítulo.

Nesse sentido, uma análise do Jornal Sem Terra do Rio Grande do Sul, publicado pelo Setor de Comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a nível estadual, tendo em vista a história do Jornal Sem Terra, que também se inicia no interior deste mesmo estado, é fundamental para construirmos reflexões teóricas quanto às práticas do movimento em relação à formação e à organização na defesa da reforma agrária popular, seus avanços e seus limites, seus acertos e seus erros, seus acúmulos e suas potencialidades frente aos conflitos de classe nos quais o MST se insere, principalmente aos desafios postos pelos conflitos do novo milênio, renovando as formas do capital de se apropriar da terra e da natureza, o que demanda uma renovação ainda mais forte dos movimentos sociais em geral, e do movimento camponês em específico, principalmente falando da sua ação contra-hegemônica de comunicação. É com estudos deste tipo que podemos contribuir na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, em sintonia com os anseios da classe trabalhadora, por um sistema sustentável sem exploração e opressão.

4. O JORNAL SEM TERRA DO MST DO RIO GRANDE DO SUL

O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Rio Grande do Sul, mais conhecido como Jornal Sem Terra, apenas, é publicado pelo Setor de Comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do estado, tendo como sede a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul, a COCEARGS, no Centro Histórico da capital Porto Alegre. O setor é mantido pela Coordenação Estadual do MST, e tem como responsável uma jornalista profissional contratada pelo movimento, e mais recentemente conta com uma parceria de estágio com a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, ofertando uma vaga para os cursos de Comunicação Social. O Jornal é distribuído gratuitamente pelos Dirigentes, que se reúnem periodicamente e depois voltam para seus locais de moradia e militância, espalhados pelos acampamentos e assentamentos do estado, além disso, a distribuição também acontece em eventos que o MST participa, expondo seus produtos.

A primeira edição do Jornal data ainda de julho de 2014, e depois de um período sem publicações, temos outras cinco edições, em janeiro, março – por duas vezes, e julho de 2016, bem como março de 2017. O Jornal é produzido em forma de encarte, com quatro páginas, sempre colorido, impresso em papel comum. A primeira edição do Jornal contou com 7 mil exemplares; já a segunda, a quarta e a quinta edições contaram com 5 mil exemplares; por fim, a terceira e a sexta edição contaram com 3 mil. Ressaltamos que a numeração das edições foi feita apenas no presente trabalho, por motivos metodológicos de organização, visto que todas essas edições não são numeradas, sendo consideradas edições especiais, apenas datadas com mês e ano de publicação.

Portanto, o Jornal Sem Terra do Rio Grande do Sul não é periódico, e a partir dessa premissa, é publicado em datas especiais, comemorativas, com relação à produção dos assentamentos ou a jornadas de lutas, já contrastando com uma das premissas de Lênin (2010), ao falar do jornal como estratégia de organização, quando ressalta a importância da periodicidade da publicação jornalística. O Jornal é composto por matérias curtas, numa média de quatro a seis por publicação, além do espaço reservado em todas as edições para um texto de caráter editorial, assinado sempre pela Direção Estadual do Movimento. A capa é composta por uma manchete principal, com imagem em destaque, e normalmente também conta com outras duas chamadas para notícias presentes no miolo do encarte.

Segundo Catiana de Medeiros, jornalista contratada pelo MST-RS e responsável por assinar o texto e a revisão das publicações do Jornal Sem Terra, a estratégia de comunicação

em questão foi pensada pela direção do movimento no intuito de fomentar a produção jornalística contra-hegemônica no estado do Rio Grande do Sul, para além da publicação nacional, no sentido de regionalizar a atuação do setor, bem como fomentar a organização e formação do movimento a nível local. A partir do exposto, começamos então a análise, aqui dividida entre quatro etapas: na primeira delas identificamos os elementos de linguagem que compõem o jornal; na segunda falamos dos signos mais presentes na construção do discurso do jornal; na terceira abordamos a interpretação da construção desses discursos a partir da comunicação contra-hegemônica do MST; e por fim, na quarta etapa contextualizamos o Jornal Sem Terra, explicando sua relação com a conjuntura na qual ele se insere.

4.1. Os elementos de linguagem do jornal

Para iniciar nossa análise, primeiro dividimos as publicações do Jornal Sem Terra a partir de quatro elementos de linguagem utilizados para expressar sentidos através desse meio de comunicação, chegando às suas capas, às matérias, às imagens e aos editoriais do Jornal. Como já dito, todas as edições reservam o espaço de uma página, no máximo, para uma manifestação da Direção Estadual do MST em formato de editorial; há uma média de quatro a seis matérias curtas por edição; existe a utilização de recursos de imagem, sejam ilustrações, tais como charges ou montagens, bem como fotografias, em todas as páginas de todas as edições, com a média de uma imagem por página; além das capas do jornal, que contam com uma imagem em destaque, para a manchete principal, e que normalmente também suportam mais duas manchetes sobre notícias presentes no miolo do encarte.

Quando falamos dos editoriais, falamos da Direção do Movimento, que no Rio Grande do Sul, assim como nos outros estados do Brasil onde o MST está presente, é eleita nos Encontros Estaduais do Movimento, os quais acontecem a cada dois ou três anos, em média. A direção do movimento é paritária, ou seja, composta por uma mulher e um homem em todas as suas instâncias. A linha editorial do jornal é consensuada pela direção, e simboliza o pensamento do MST-RS: nunca é assinada nominalmente, mas sim pelo coletivo dirigente do Movimento. É nos editoriais, acima de tudo, que estará o posicionamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e dele o movimento utiliza para manifestar apoio, repúdio, comemorar conquistas e mobilizar lutas. É uma estratégia de organização e ao mesmo tempo de formação política.

Tendo a capa na primeira página, e o editorial na segunda, já nesta mesma página, e nas outras duas que restam, estão alocadas as matérias do Jornal Sem Terra. São curtas, no máximo ocupam uma página inteira do Jornal, utilizando de recursos como imagens e gráficos para melhor compreensão e assimilação do conteúdo. As matérias contam com títulos simples, sem a presença de subtítulos ou epígrafes. A divisão dos textos das matérias se dá em quatro colunas por página no Jornal, e dentro dessa dinâmica se encaixam as produções completando a diagramação de cada publicação.

As imagens presentes no jornal se dividem entre ilustrações no formato de charges e no formato de fotografias. Nas seis publicações feitas até hoje do Jornal Sem Terra, foram encontradas três charges, duas sobre as reformas propostas pelo governo do Presidente Michel Temer (PMDB), e uma sobre os conflitos agrários no campo brasileiro – também existe uma montagem na quinta edição do Jornal, com a bandeira do Brasil ao fundo e os dizeres “não reconhecemos governo golpista”, estampados – a montagem em questão relaciona-se também com o Governo Temer. As imagens retratadas tem em sua maioria a presença do símbolo do Movimento – o mapa do Brasil em verde, dentro de um círculo branco e rodeado pelo nome do Movimento escrito por extenso, contendo em seu interior um homem portando um facão, acompanhado de uma mulher a sua frente – seja ele presente em bandeiras, camisetas, bonés ou faixas do MST. Além disso, as imagens sempre vão retratar as mobilizações do Movimento, com aglomerados de pessoas, com o punho em riste a gritar; ou vão registrar situações relacionadas com a produção dos assentamentos, onde visualizamos lavouras e máquinas agrícolas.

Sempre em ambos os casos, o vermelho da indumentária do MST contrasta com os tons de verde do campo. Num momento há a representação de uma criança, com o boné vermelho contendo o símbolo do MST e segurando pacotes de arroz orgânico produzidos nas cooperativas dos assentamentos do Movimento; em outro, teremos uma grande bandeira vermelha, também com o símbolo do MST, sendo flamejada pela primeira turma de assentados da Reforma Agrária, em sua cerimônia de colação de grau em Medicina Veterinária, algo que, nas duas ocasiões, pode ser enquadrado dentro da discussão que será feita logo mais, quando falaremos da representação simbólica daquilo que temos como uma identidade camponesa de projeto, a partir de uma identidade de resistência, nascendo no presente, originada de uma construção passada, para legitimar-se no futuro, com o passar do tempo e a partir do trabalho.

Seguindo chegamos às capas, que por serem compostas quase que na totalidade por uma imagem em destaque, referente à matéria mais relevante da publicação, segue a mesma

linha lógica entre seus elementos de linguagem daquilo que já pontuamos sobre as fotografias presentes nas páginas do Jornal Sem Terra. Notamos ao longo das publicações algumas modificações na marca do Jornal: primeiro ela aparece sem o símbolo do MST, depois passa a contê-lo sobreposto atrás da epígrafe “Sem Terra”, para por fim acompanhá-la no seu lado direito. A primeira capa retrata a jornada de lutas de 2014 pela reforma agrária; a segunda, o 17º Encontro Estadual do MST; a terceira conta com a fotografia já mencionada sobre a formatura da turma especial de assentados em Medicina Veterinária; a quarta mostra a 13ª Abertura Oficial da Colheita de Arroz Agroecológico; a quinta trás o Acampamento da Legalidade e da Democracia na Praça da Matriz, em Porto Alegre, com a manchete única: “Ilegítimo e golpista: Temer ataca os direitos da classe trabalhadora”; e por fim, a sexta reproduz a representação da 14ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz Agroecológico, como se pode ver a seguir nas imagens:



Imagem 1: Capa de Julho de 2014



Imagem 2: Capa de Janeiro de 2016



Imagem 3: Capa de Março de 2016/1



Imagem 4: Capa de Março de 2016/2



Imagem 5: Capa de julho de 2016



Imagem 6: Capa de Março de 2017

4.2. Os signos recorrentes na construção discursiva do Jornal

Vamos fazer uma divisão neste momento do trabalho, segundo o conceito de signos icônicos e indexicais de Hall (2016), para signos visuais e signos escritos, respectivamente. Levando isso em consideração, compreendemos, portanto, que a construção discursiva do

Jornal não se dá apenas a partir do que está escrito nele, mas também do que é expressado através de suas imagens, sejam elas ilustrações ou fotografias. Vale ressaltar, que não há como desconsiderar o fato de que se não houvesse imagens - ou signos icônicos, como queira, a relação de identificação e a significação não seriam as mesmas entre o jornal e o indivíduo que o produz e o consome.

Destarte, como já descrito no item anterior, as imagens presentes nas seis edições já existentes até o momento do Jornal Sem Terra, mesclam o vermelho da indumentária do MST com os verdes do campo e dos pampas gaúchos para figurar de maneira icônica a identidade camponesa de resistência, mesclada com uma identidade camponesa de projeto, que logo mais serão esmiuçadas. As charges também auxiliam na compreensão do tom do discurso, se utilizando da ironia e do humor para provocar reações nos leitores, envolvendo também signos indexicais, já que conta com palavras.

Na edição de julho de 2014, por exemplo, uma charge estampa o editorial, com um camponês descalço, de costas, vestindo uma calça remangada, um boné vermelho e uma camisa que possui as letras “MST”, de frente a um indivíduo maior que ele, que possui uma televisão no lugar da cabeça – onde se inscreve a palavra “mídia” e se apoia um chapéu com a palavra “latifundiários”; o seu corpo de um lado é desenhado com a farda policial e se inscreve nele “brigada militar”, tem um cassetete sendo empunhado por uma mão, e na outra um martelo de juiz, desse lado o corpo é desenhado com terno e gravata formais, possuindo os dizeres “ministério público” - a cena se passa num descampado. Ou seja, a charge quer evidenciar de maneira figurativa o conflito agrário brasileiro, mais especificamente no Rio Grande do Sul – e o uso do termo “brigada militar”, comum no estado para designar a polícia, é um dos indícios dessa regionalização.

Outra charge é encontrada na edição de julho de 2016, também no editorial, uma representação do Presidente Michel Temer, sentado em frente a uma máquina de voltar no tempo, diz: “Agora vamos retornar para antes das leis trabalhistas de Getúlio Vargas”; e um homem com botas, lenço e chapéu, tendo a ele uma seta indicando “Bancada do Boi”, responde: “Não dá pra ser antes da abolição da escravatura, seu *Teminho*?”. A charge, nesse sentido, tenta ilustrar a relação dos ruralistas, através dos parlamentares, com o governo Temer, e faz alusão às medidas do governo referentes à reforma trabalhista, encaradas aqui como retrocessos – o caráter de retrocesso atribuído pelo MST a essa reforma se figura na ocasião pela máquina de voltar no tempo, e mais ainda, chama o leitor para prestar atenção ao editorial, que ocupa uma página inteira.

Por fim, na edição de março de 2017, temos outra charge, também presente no editorial da publicação, desta vez relacionada à reforma da previdência do Governo Temer. Nela, o presidente, representado como um vampiro, indica o caminho de uma porta aberta com a placa “reforma da previdência” para uma senhora idosa e diz “Trabalha mais um pouco que você se aposenta”; logo depois da porta, há um declive seguido de uma cova aberta. Isso simboliza que a reforma da previdência proposta por Temer, na visão do movimento, vai fazer com que as pessoas morram sem se aposentar, ilustrando dessa maneira a posição do MST quanto às medidas do governo.

Além dos signos icônicos, das fotografias e das charges, das imagens de maneira geral presentes nas edições do Jornal Sem Terra, temos também os signos indexicais, ou seja, as palavras escritas. E a partir da análise feita com a leitura minuciosa de todas as edições do encarte, foi possível elencar duas categoriais de conjuntos lexicais na construção do discurso do jornal, sendo que uma delas se ramifica em dois subconjuntos. A primeira delas se refere a um conjunto de signos escritos referentes à luta, que se ramifica entre luta pela terra e luta por direitos, e a segunda se refere à agroecologia. A partir disso, podemos elencar algumas palavras chaves recorrentes à luta pela terra, tais como: jornada de lutas, conquista, assentamento, famílias, resistência, ocupação, mobilização, sem terra, latifúndio, encontros, organização; e também quanto à luta por direitos, tais como: mobilização, defesa da democracia, contra o golpe, luta de classes, crise, reforma política, reforma trabalhista, reforma da previdência, constituinte, Frente Brasil Popular. Por fim elencamos as palavras-chave da segunda categoria, referente à agroecologia: assentamentos, famílias, natureza, sacas, toneladas, feira, cooperativas, colheita, soberania alimentar, alimentos saudáveis, qualidade de vida, agronegócio, agrotóxicos, transgênicos, orgânicos, PNAE, PAA.

Vale explicar aqui, de maneira mais detalhada, a presença de alguns termos. Primeiro, as siglas apontadas na categoria da agroecologia, referem-se ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, e ao Programa de Aquisição de Alimentos, ambas são ações governamentais que adquirem produtos provenientes dos assentamentos para suprir a demanda de instituições públicas, como escolas, universidades e presídios. Já a Frente Brasil Popular se consubstancia na articulação, segundo o próprio Jornal Sem Terra, de mais de sessenta movimentos e organizações sociais, tais como o próprio MST, a CUT – Central Única dos Trabalhadores, a CTB – Central dos Trabalhadores do Brasil, a UNE – União Nacional dos Estudantes, a UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, o MNLM – Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, entre outros movimentos e organizações. Essa Frente nasceu com o intuito de defender a democracia e políticas públicas populares,

congregando diferentes setores da sociedade civil organizada, e no Rio Grande do Sul tem como um de seus principais propulsores o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, portanto, a menção à FBP se torna corriqueira no Jornal, tanto para a assimilação desta tática de unidade do movimento para com sua base, bem como de divulgação para a sociedade como um todo quanto a essa nova articulação, fundada em dezembro de 2015.

Ademais, o termo “família” está presente em todas as categorias ou subcategorias elencadas, e muitas vezes é a unidade familiar que baliza a contabilidade demográfica dos acampamentos e assentamentos do MST, ou seja, é contabilizado primeiro o número de famílias que constroem o Movimento em seus locais de atuação, para tão somente depois – e em alguns casos, apenas - multiplicar o número de famílias pelo número de pessoas que as compõem. Tudo isso corrobora os conceitos de Chayanov (1974) sobre a Teoria da Diferenciação Demográfica, ratificados por Almeida (2003), quanto à centralidade do núcleo familiar e de sua reprodução para a cultura camponesa, não sendo necessariamente um artífice do Jornal quanto à recriação dessa identidade, mas sim, de pura reprodução daquilo que já se cultiva.

Agora, a partir do traçado dessas duas categorias, sendo uma delas ramificada em duas subcategorias, podemos fazer a interpretação desses discursos, com base nas construções simbólicas dispostas pelos signos empregados na editoração do Jornal Sem Terra. É nesse ponto do trabalho que vamos aprofundar o debate cultural sobre o fomento, a reprodução e a recriação da identidade camponesa do MST através da comunicação contra-hegemônica do Jornal Sem Terra do MST do Rio Grande do Sul, seja sua identidade de resistência, de luta pela terra e na terra; seja sua identidade de projeto, com a agroecologia, através da produção de alimentos saudáveis, com soberania, sustentabilidade e qualidade de vida no campo.

4.3. A interpretação da identidade camponesa no Jornal Sem Terra

Tendo em vista as categorias elencadas a partir dos signos que estruturam o discurso do Jornal Sem Terra, conseguimos enquadrar a simbologia do encarte dentro do conceito de Castells (2010), cujo caracteriza as identidades de resistência e de projeto, neste caso, a partir da cultura camponesa, relacionando-as, respectivamente, às lutas do MST em defesa de reforma agrária e por direitos, bem como da relação do Movimento com a agroecologia. Nesse sentido, num primeiro momento, elencamos quatro tipos diferentes de matérias que representam a identidade camponesa de resistência: quanto à luta nas Jornadas de

Mobilização; à conquista de assentamentos; à organização do movimento; e à luta em defesa da democracia e por direitos. Posteriormente, elencamos as matérias que tratam da identidade de projeto do MST, quanto à produção agroecológica de seus assentamentos e suas cooperativas no estado.

Já na primeira edição do Jornal Sem Terra do Rio Grande do Sul, de julho de 2014, é retratada a Jornada Nacional de Lutas Pela Reforma Agrária, realizada no período de 28 de abril a 10 de maio de 2014, para lembrar os 18 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, quando 21 trabalhadores rurais Sem Terra foram brutalmente assassinados pela polícia militar, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. A Jornada mobilizou 19 estados e o Distrito Federal, além de contar com ações internacionais na Itália, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos, organizando mais de 15 mil novas famílias Sem Terra acampadas, as quais se juntaram às mais de 100 mil que já se encontravam nessa situação através do MST – foram contabilizadas 60 novas ocupações de latifúndios em todo o Brasil. A Matéria do Jornal Sem Terra do Rio Grande do Sul trás ainda a conjuntura estadual de mobilização, com cinco ocupações de terra e um novo acampamento contabilizando duas mil pessoas acampadas, ela reproduz e fomenta a identidade camponesa de resistência não só através dos números e da contextualização nacional da Jornada de Lutas, mas também retrata a realidade de um casal de acampados, criando um paralelo com as microrrealidades presentes com muita frequência no cotidiano dos acampamentos, criando relações de identificação:

O casal Laerte Lima dos Santos, 52 e Lúcia Müller, 54, filhos de agricultores, oriundos de Palmeiras das Missões que migraram para a cidade para criar o filho, encontraram no acampamento Dom Tomás Balduino, em Eldorado do Sul, uma esperança para voltar a trabalhar na agricultura e viver no campo. A expectativa do casal é conquistar um lote de terra para trabalhar com horta e vacas de leite. “Voltar pra roça sempre foi nosso sonho. Na cidade a gente não tem condições de sobreviver. Nossa esperança é conseguir um pedaço de chão para trabalhar. É o que a gente tem noção”, afirma Santos. Santos e Lúcia fazem parte de um grupo de novas famílias Sem Terra do MST, que em abril deste ano, durante a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, ampliaram o número de acampados e fortaleceram a luta pela terra no Rio Grande do Sul. (JORNAL SEM TERRA, jul/2014, p. 03).

Outras matérias que incentivam a luta e fortificam a identidade de resistência do MST falam das conquistas de assentamentos, como é caso dessa mesma edição, falando do Assentamento de Santa Margarida do Sul, onde 34 famílias Sem Terra do MST, acampadas por mais de dois anos, conquistaram seu pedaço de chão. E mais uma vez o paralelo com as microrrealidades é produzido:

A criação do assentamento deve melhorar a perspectiva de vida das famílias, entre eles o acampado Tiago Ardenghi, de 28 anos. Filho de agricultores familiares de Palmeira das Missões, ele e a esposa Josiane integram um grupo de cinco famílias que produzem leite e panifícios para vender na cidade. (JORNAL SEM TERRA, jul/2014, p. 03).

Da mesma forma, na edição de janeiro de 2016, a identidade de resistência do movimento é corroborada com a matéria que reproduz a conquista do Assentamento Dom Orlando Dotti, no município de Esmeralda, numa luta conjunta do MST com o Movimento dos Atingidos por Barragem, o MAB, a partir de uma ocupação que durou cerca de um ano. A matéria conta com o depoimento de um dirigente do Movimento, reafirmando a importância da Reforma Agrária para o país, com a produção de alimentos saudáveis, construção de moradias e outros benefícios às famílias sem terra.

Outro aspecto que chama a atenção para a reprodução da identidade camponesa de resistência é a organização do MST através de suas atividades, como é o caso do Acampamento Estadual da Juventude Sem Terra, realizado entre os dias 29 de outubro a 1º de novembro de 2015, tendo na sua programação plenárias de organização, debates políticos e atividades culturais. A atividade contou com a presença de cerca de 800 jovens organizados no Movimento, na cidade de Sarandi. A data também marcou os trinta anos da ocupação da Fazenda Annoni, onde 7 mil famílias sem terra realizaram a primeira ocupação do MST, esta por sua vez sendo fruto de toda a estruturação da fase de gestação do movimento desde o acampamento Encruzilhada Natalino. Nesse ponto, podemos notar na matéria da edição de janeiro de 2016 sobre o ocorrido, uma alusão à transição geracional no movimento, fomentando a identidade camponesa de resistência entre os jovens do MST a partir do seguinte trecho:

Durante o ato comemorativo, o assentado Isaías Vedovatto, que na madrugada da ocupação [da Fazenda Annoni], aos 19 anos, cortou as cercas do latifúndio, relatou a organização dos Sem Terra para ocupar a área. [...] Vedovatto também resgatou outras ocupações do MST no estado, como das fazendas Brilhante e Macali, e falou especialmente para os jovens que participavam do evento: “Nós somos a geração que criou o MST, os movimentos sociais e sindicais e os partidos de esquerda. Nós aprendemos a sonhar e a conquistar sonhos, e ainda sonhamos com a revolução socialista”, afirmou o assentado. (JORNAL SEM TERRA, jan/2016, p. 03).

A reportagem ainda relata uma experiência que o Movimento valoriza muito, a mística: no encerramento do acampamento, os jovens reconstruíram a ocupação da fazenda, com o objetivo de resgatar o marco histórico e incentivar a continuidade dos jovens na luta pela terra. Eles percorreram 4,5 quilômetros em marcha, carregando bandeiras, foices e enxadas, até a área 10, local em que, há mais de trinta anos, centenas de famílias fizeram a

ocupação da antiga Fazenda Annoni. Na ocasião, foi inaugurada uma placa em memória ao marco histórico da ocupação do latifúndio e à luta pela Reforma Agrária no país.

Da mesma forma, na primeira edição de março de 2016 do Jornal Sem Terra do MST-RS, temos uma matéria especial sobre as linhas organizativas do Movimento a nível estadual, com orientações deliberadas no Encontro Estadual do MST do Rio Grande do Sul, realizado entre os dias 19 e 21 de janeiro de 2016 no Assentamento Capela, em Nova Santa Rita, quanto à massificação das lutas, às relações com a sociedade, à produção, ao debate de gênero, formação política, educação, cultura e comunicação, saúde e juventude. Nesta mesma edição uma matéria conta com o título “Mulheres Sem Terra contra o agronegócio e o capitalismo”, cuja relata a Assembleia das Mulheres do MST-RS, com 300 mulheres do Movimento debatendo o protagonismo das camponesas em ações conjuntas dos Sem Terra. Nesse sentido, o Jornal não cumpre apenas a função de fomentar e reproduzir a identidade camponesa de resistência entre sua militância, até mesmo com recorte de gênero, mas também possui a funcionalidade organizativa, como traça o conceito de Lênin (2010) de um meio de comunicação como organizador coletivo, afinal registra deliberações debatidas no Encontro Estadual do Movimento.

Por fim, temos a identidade camponesa de resistência do MST sendo reproduzida e fomentada através das mobilizações e das lutas em defesa da democracia e por direitos: um exemplo é a matéria intitulada “MST se mobiliza em defesa da democracia e contra o golpe”, cuja fala sobre a inserção do movimento na Frente Brasil Popular, e de suas pautas de resistência ao ajuste fiscal, pela saída do deputado Eduardo Cunha (PMDB) da Presidência da Câmara e contra o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (PT):

Além da luta pela terra e denúncias contra o agronegócio com a ocupação de latifúndios, em 2015 o MST se somou às mobilizações em defesa da democracia e contra o golpe, intensificadas em todo o país no combate à ofensiva de setores conservadores e da direita brasileira, que buscam a retirada de direitos conquistados pela classe trabalhadora e o impeachment da Presidente Dilma Rousseff. (JORNAL SEM TERRA, jan/2016, p. 02)

O MST ao longo de sua história sempre se posicionou quanto a temas gerais na política e se engajou em lutas populares junto de demais movimentos. Frente ao processo de impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff, o Movimento se posicionou contrário a política econômica do governo – baseada no ajuste fiscal com contingenciamento de verbas, mas também contrário a deposição da Presidenta, considerando-a um golpe de estado. A partir disso, o Movimento, como é no caso do Jornal Sem Terra do MST-RS, usou seus espaços de

formação política para realizar essas discussões, e agora podemos relacionar esta ação com a função formativa de jornalismo integral de Gramsci (2010), a partir de um programa político-educativo de formação, o que o autor chama de jornal de opinião.

Com isso, o MST, através do seu meio de comunicação no Rio Grande do Sul, mais especificamente em sua edição de julho de 2016, faz o debate sobre a PEC 241/55, que congela os investimentos públicos nos setores primários da união; bem como sobre as medidas que afetaram o funcionamento da Empresa Brasil Comunicação (EBC); a decisão quanto à extinção do Ministério da Cultura; e também quanto à reforma trabalhista - todas propostas do Governo Temer, em matérias com manchetes tais como “Temer Cria proposta da doença e da ignorância”: quanto à PEC 55; ou “Desmontes da cultura, comunicação pública e direitos trabalhistas”. Sempre as matérias trataram essas medidas como retrocessos aos direitos sociais garantidos nos últimos períodos, formando opinião quanto aos assuntos.

Mais além, o Movimento relacionou o que ele próprio, bem como os demais movimentos e organizações que compõem a Frente Brasil Popular, denominam como golpe, com a questão agrária na matéria “A face do verdadeiro golpe”, ainda nesta mesma edição. Com uma fotografia de uma marcha em espaço urbano, com militantes enfileirados e vestidos com a indumentária característica do Movimento, antecidos por uma faixa com os seguintes dizeres: “Cunha e Temer: são eles que você quer na presidência? Golpe não! Cunha na cadeia.”, e um texto que fala sobre os ataques do governo às políticas agrícolas camponesas e relacionadas com a Reforma Agrária:

Na agricultura camponesa e reforma agrária, o governo golpista de Michel Temer acabou com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e as políticas públicas criadas para os camponeses, como o Programa de Aquisição De Alimentos (PAA) e os programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). [...] O programa Minha Casa, Minha Vida Rural chegou a ser cancelado por Temer, que o retomou após pressões sociais. (JORNAL SEM TERRA, jul/2016, p. 03).

Com isso, o movimento fomenta uma identidade camponesa de resistência em unidade com os movimentos da cidade, e soma as demandas referentes ao campo e à reforma agrária junto das demais, em mobilizações conjuntas que pautam a conjuntura geral da política e também são pautadas por ela. Nesse mesmo processo, o MST organiza e forma sua militância através de uma linha política característica do Movimento. Para além disso, há também no Jornal Sem Terra a recriação camponesa, e o fomento à uma identidade de projeto, tal e qual o conceito de Castells (2010), o qual já foi discutido nesse trabalho e fala sobre a instalação de uma outra identidade possível, que se estabelece a partir de uma identidade de resistência, e

visa superar o sistema hegemônico que sustenta a identidade legitimadora. Nesse trabalho, a identidade de projeto é atrelada à soberania alimentar, com a produção de alimentos saudáveis, sem transgenia ou agrotóxicos, com a preservação e restauração da natureza, qualidade de vida no campo e sustentabilidade ambiental, o que podemos chamar de agroecologia.

Nesse sentido, podemos apontar a matéria da edição de janeiro de 2016, que trata da 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária, a qual ocorreu entre os dias 22 e 25 de outubro de 2015, envolvendo a produção dos assentamentos de 23 estados e o Distrito Federal, com mais de 800 agricultores e culturas produtivas diferentes, comercializando mais de 200 toneladas de alimentos no Parque Asa Branca, em São Paulo. O evento também contou com programação cultural, e tudo isso faz o MST dialogar com setores urbanos, que por muitas vezes nunca tiveram contato com o Movimento, ou até mesmo não aprovavam as ações de resistência do MST, para passar a conhecê-lo ou a relacionar-se com ele através da comercialização de seus produtos. Expressar os números relativos à produção das cooperativas e assentamentos do MST em matérias como essa, serve para mostrar que um modelo alternativo ao agronegócio, no caso, a agricultura camponesa, e por muitas vezes, agroecológica, pode ser viável econômica e socialmente, fomentando assim uma identidade de projeto para o Movimento.

Outro exemplo é a matéria de capa desta mesma edição, que fala sobre a primeira turma de assentados da reforma agrária formandos em Medicina Veterinária, numa parceria entre a Universidade Federal de Pelotas, a UFPel; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA; e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o Pronera. A ocasião foi de colação de grau, no dia 18 de dezembro de 2015, para 45 pessoas organizadas no MST, naturais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. A matéria fala ainda de uma segunda turma, iniciada em 2013, com outras 60 pessoas, e que o evento em questão fez parte da Semana Adão Preto, em homenagem ao deputado do Partido dos Trabalhadores (PT), fundador e apoiador do MST, que completaria 70 anos naquela data se estivesse vivo - ele foi o patrono *in memoriam* da turma.

O texto também aborda as barreiras que o Movimento enfrentou para concretizar esse processo de formação acadêmica e científica de seus militantes, inclusive na justiça, em embates com o Ministério Público de Pelotas, o que atrasou o início das aulas da turma especial em quatro anos. Discursos como esse ultrapassam o simbólico e chegam ao nível do concreto, quando uma identidade de projeto é fomentada, a partir de outra concepção de formação na universidade, destinada em específico para assentados da reforma agrária

atuarem em seus locais de origem, trabalhando com princípios agroecológicos em oposição ao agronegócio, visando a reprodução da vida camponesa, é o que mostra esse trecho da matéria:

Durante a cerimônia de colação de grau, a oradora da turma, Roseli Canzarolli afirmou que o ingresso dos Sem Terra na universidade representa o rompimento das cercas do saber, e o diploma conquistado reforça o compromisso dos acadêmicos com a luta do MST, além da responsabilidade de atuar na produção agroecológica. (JORNAL SEM TERRA, jan/2016, p. 04).

Mais um grande exemplo de viabilidade social e econômica da agroecologia, enquanto modo de produção agrícola se dá nas matérias do Jornal Sem Terra referentes à 13ª e à 14ª Aberturas da Colheita do Arroz Agroecológico dos assentamentos do Rio Grande do Sul, que produzem tanto a semente quanto o grão de arroz sem nenhuma modificação genética ou utilização de insumos químicos em sua produção, a qual, inclusive, é gerida desde a germinação até a comercialização, passando pela colheita e pelo processamento do arroz, pelas próprias famílias assentadas. As matérias de capa das edições de março de 2016 e 2017, ainda mais quando comparadas – por mostrar o crescimento da produção de uma safra para outra – evidenciam a possibilidade de legitimação e o fomento de uma identidade camponesa de projeto atrelada à agroecologia.

Mais uma vez gráficos são utilizados nas matérias para trazer os dados numéricos: A safra de 2015/2016 produziu 478 mil sacas num território de 4700 hectares, envolvendo 550 famílias, 26 assentamentos e 20 municípios; já a safra de 2016/2017 aumentou a produção para 570 mil sacas num território que se ampliou para 5900 hectares, envolvendo 641 famílias, 31 assentamentos e 24 municípios. Em ambas as matérias das duas edições há uma sessão sobre onde comprar o arroz agroecológico do MST, além de informações sobre o Grupo Gestor, composto por famílias que coordenam o processo de produção. Na matéria de 2016 se elencam os 12 princípios e objetivos do Grupo Gestor do Arroz Agroecológico, e na de 2017, 4 motivos do por que consumir o arroz do MST.

A produção de arroz agroecológico das famílias do MST começou a ser desenvolvida em 1999, em assentamentos da reforma agrária na região Metropolitana de Porto Alegre. Todo o processo é coordenado pela Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (Cootap). O sistema de produção do grão adotado pelos Sem Terra busca consolidar alternativas à agricultura do agronegócio, estabelecendo uma relação de integração entre o ser humano e os recursos naturais. Desta forma, os agricultores organizam e fazem a gestão em todas as etapas da cadeia produtiva. (JORNAL SEM TERRA, mar/2016, p. 02).

Por fim, as duas edições que acabamos de citar, também trazem no seu verso, matérias sobre assentamentos considerados modelo no estado: a matéria da edição de março de 2016 tem o título de “Filhos de Sepé: Território Livre de transgênicos e agrotóxicos”; já a edição de março de 2017 tem a matéria: “Assentamento Capela: exemplo de luta por transformação social”. As matérias trazem as experiências que se desenvolveram nos assentamentos, referente à reprodução da vida camponesa e às formas de produção agrícolas, cujas tem relação com práticas agroecológicas.

O Assentamento Filhos de Sepé, que fica em Viamão, por exemplo, é mencionado pela reportagem como o maior produtor de arroz orgânico do Brasil, produzindo 125 mil sacas por safra, em média, e tem esse nome em função da origem das famílias que nele residem, vindas da região das Missões e do Alto Uruguai. Já a matéria sobre o Assentamento Capela, aponta o novo empreendimento coletivo das famílias, o qual está sendo construído pela Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (Coopan): trata-se do abatedouro e do frigorífico de bovinos e suínos, garantindo inicialmente 40 postos de trabalho – a meta de produção é 250 porcos e 50 cabeças de gado diariamente. O empreendimento viria a possibilitar a comercialização de carcaças, cortes, embutidos e cozidos.

Esses elementos trazidos pelas matérias, referente aos assentamentos que servem de modelo, compartilham experiências que podem servir de inspiração para a organização de outras cooperativas pelo estado, tendo em vista a distribuição do Jornal nas demais localidades; bem como reforçam a ideia de fomentar uma identidade camponesa de projeto, atrelada a viabilidade social e econômica de cooperar e reproduzir coletivamente as condições necessárias para a manutenção da identidade camponesa no meio rural do Rio Grande do Sul, em oposição ao agronegócio, tendo como princípio as práticas agroecológicas de sustentabilidade, preservação da natureza e qualidade de vida no campo.

4.4. Contextualização política e social do Jornal

Para iniciarmos uma análise final da construção discursiva do Jornal Sem Terra e sua representação da identidade camponesa através dessa comunicação contra-hegemônica do MST, vale ressaltar que o Jornal, nem mesmo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, estão isolados. Ambos estão inseridos numa realidade política e social, seja referente à questão agrária e de distribuição de terras no Brasil; seja da produção de alimentos e da

disputa de modelos entre agronegócio e agroecologia; seja da política de maneira geral: das mobilizações sociais, aos governos e eleições.

Nesse sentido, é de se compreender que o MST vive hoje um momento no qual não deixa de lado suas pautas de origem, que são as ocupações de terra, os acampamentos, as marchas e atos públicos em defesa da reforma agrária, com redistribuição de terras e desapropriação de latifúndios, até porque, mesmo com governos progressistas no poder pelo último período, reformas estruturais, tais como a reforma agrária, não se consolidaram. E isso é apontado pelo próprio MST, na edição de julho de 2014, por exemplo: “O MST denunciou a completa estagnação da Reforma Agrária. O governo Dilma foi um dos que menos assentou famílias Sem Terra: em 2013, apenas 100 áreas foram desapropriadas.” (JORNAL SEM TERRA, jul/2014, p. 03).

Ao mesmo tempo, o Movimento renova suas pautas a partir dos novos desafios postos pelo mercado financeiro dos commodities agrícolas, pela globalização da economia que torna ainda mais precárias as relações de trabalho e pelo agronegócio dos agrotóxicos e transgênicos, ampliando o campo de debate, tornando-o inclusive ainda mais complexo. Nesse sentido, o MST tem uma tarefa bastante minuciosa de seguir formando e organizando sua militância em torno de mais uma recomponização, dessa vez através da assimilação e apreensão de princípios agroecológicos, e a partir daí insere com mais centralidade em suas pautas e discussões a questão da soberania alimentar, da produção de alimentos livres de agrotóxicos e sem modificações genéticas, da preservação e restauração da natureza, da qualidade de vida no campo e da sustentabilidade do sistema de produção camponês.

A oposição ao agronegócio feita pelo projeto agroecológico do Movimento, pode ser vista, por exemplo, na Carta de Caruruá, publicada na edição de março de 2016 do Jornal, e assinada pela Coordenação Nacional do MST, quando afirma que o agronegócio:

É uma agricultura financiada pela poupança social e subsidiada com recursos públicos, destinada a atender os interesses do mercado internacional. Esse modelo de agricultura provoca a concentração de renda e da propriedade da terra, aumenta a desigualdade social, produz alimentos com agrotóxicos, promove uma irracional destruição ambiental em nosso país e subordina toda a cadeia produtiva agropecuária ao controle e interesses das empresas transnacionais e do capital financeiro. (JORNAL SEM TERRA, mar/2016, p. 04).

Evidencia-se assim a formação e a organização política do Jornal Sem Terra, por mais uma vez, quando vai para além das pautas imediatistas relacionadas com o Movimento para debater com profundidade o contexto no qual se encontra a situação agrária atual. Da mesma forma, isso se dá quando os editoriais ou as matérias do Jornal abordam temas atrelados à

política de maneira geral, e emitem opiniões do Movimento. Como é o caso das menções à construção da Frente Brasil Popular; às discussões feitas sobre a crise econômica, política e social do Brasil; àquilo que o MST denomina como golpe à democracia, com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff; e até mesmo a declaração de apoio às candidaturas de Tarso Genro (PT), para o Governo do Rio Grande do Sul, e de Olívio Dutra (PT) para o Senado, nas eleições de 2014:

Decidimos que o MST precisa se posicionar com firmeza nestas eleições. Diante disso, o Movimento do Rio Grande do Sul optou por apoiar a candidatura de Tarso Genro para o Governo do Estado e Olívio Dutra para Senador. [...] Temos consciência de que a eleição desses dois candidatos do PT não resolve os nossos problemas, mas serão importantes para avançar na luta pela reforma agrária no estado. Evitando que o RS se torne um estado comandado pelo agronegócio e pela RBS. (JORNAL SEM TERRA, jul/2014, p. 02).

Nas eleições do corrente ano, também estavam concorrendo o candidato que viria a se eleger governador, pelo PMDB, José Ivo Sartori, e o senador também eleito pelo PDT, Lasier Martins, atrelados ao agronegócio e à RBS TV no estado. Nesse momento, por exemplo, conseguimos visualizar a autonomia do movimento, que critica governos petistas, mas também não se furta de apoiar candidaturas, quando essas representam apoio aos interesses do Movimento – ou ainda mais, se mostram opostas a candidaturas que representam os seus adversários políticos, tais como os ruralistas ou os donos dos meios de comunicação. Para além disso, vale salientar que esse debate é, dessa forma, feito também com a sua base, não sendo uma decisão tática tomada de maneira tácita apenas pela direção, mas sim, um debate explanado publicamente, através do principal meio de Comunicação do MST no estado.

Relacionar o Movimento e o Jornal Sem Terra com uma realidade concreta, política e social, por fim, nos faz lembrar que as famílias camponesas estão inseridas num contexto amplo e são afetadas de diferentes formas, a todo tempo. Não há como negar uma diversidade de fatores, que para além do Movimento em si, influenciam a vida dessas pessoas, e é importante frisar que isso não faz ninguém mais ou menos próximo da condição camponesa. Afinal, como abordado nesse trabalho, a especificidade camponesa não reside nesses elementos culturais, mas sim, em elementos específicos de semelhança e distinção, seguindo o preceito da centralidade do núcleo familiar na reprodução da vida no campo com a terra de trabalho.

Não seria possível analisar os sentidos expressos nas publicações do jornal, se não fosse levada em consideração a história do MST, a formação do campesinato no Brasil ou o contexto político e social da atualidade. Fazer esse exercício é fundamental para compreender

essa cultura, essa identidade camponesa, bem como compreender como se dá sua relação de representação, seja como é o caso do nosso exemplo, através da comunicação contra-hegemônica do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do MST do Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando esse trabalho, outra vez descobrimos que para além dos resultados finais da pesquisa, que representam mais um ponto de partida para novos questionamentos, do que um ponto de chegada com respostas acabadas, é o próprio percurso da pesquisa que gera as mais diversas e interessantes possibilidades. Num primeiro momento, me questionei das formas como me aproximaria das famílias camponesas para realizar uma análise de suas identidades culturais, e depois, questionava-me a partir de qual meio de comunicação me utilizaria para materializar um objeto empírico de pesquisa.

A aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, bem como a aproximação ao debate sobre a questão agrária, seja nas visitas ao Setor de Comunicação do MST-RS, seja através das leituras que embasaram esse trabalho, foram traçando um caminho, o qual encontrou o Jornal Sem Terra do MST-RS, e a metodologia de análise de sentidos. A partir desses fatores, se concretizou uma possibilidade para uma análise que tinha por intenção compreender como a identidade camponesa era reproduzida, fomentada e recriada através da comunicação contra-hegemônica do Movimento.

A partir das suas estruturas de linguagem, de signos e discursos e do contexto no qual o Jornal Sem Terra está inserido de maneira geral, foi possível estabelecer paralelos entre os temas abordados no encarte e os conceitos de identidade camponesa de resistência e de projeto representadas pelo MST-RS em suas publicações. Porém, muito além disso, o presente trabalho mais uma vez mostrou, tal e qual tantos outros trabalhos que tratam do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que é simplesmente impossível falar de campesinato no Brasil sem falar da história do MST. Para tanto, o Movimento se torna uma ferramenta fundamental de aproximação entre os debates a cerca dos estudos culturais e a realidade agrária brasileira, que também deve ser estudada a fim do desenvolvimento da ciência e da sociedade em todos os âmbitos – afinal, falar de identidade camponesa no Brasil, é sobretudo, nos dias de hoje, falar de MST.

Por vezes, é de se admitir, que a história de formação do MST, tal e qual é contada pelo próprio Movimento, se confunde até mesmo com a história da constituição do campesinato no nosso país, e a legitimidade que o Movimento angariou quanto ao debate da questão agrária, e até mesmo sobre outros debates quanto a outros temas - esse protagonismo que o MST possui como movimento social, em formação e organização política, o permite

falar de si e dos assuntos que a ele competem. Isso com certeza abre espaço para que utilizemos tudo que o Movimento nos oferece para, a partir dele, compreender melhor a situação do campo, das relações sociais no meio rural, os conflitos, as contradições e os limites encontrados nesse contexto social.

Justamente isso nos faz frisar que tanto o Jornal Sem Terra, quanto o MST, possuem limitações e contradições. E justamente por isso se fazem necessários estudos e pesquisas, no intuito de avançar e desenvolver técnicas que superem esses limites e contradições, a partir de uma concepção de construção do saber científico que valoriza o conhecimento popular, e a partir dele acumula mais conhecimento de maneira organizada e sistematizada. Iniciativas como essa se configuram como contribuições acadêmicas para a reforma agrária, principalmente a reforma agrária popular ainda tão pautada pelos movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Afinal, podemos dizer como uma das principais assertivas desse trabalho que, se no Brasil ainda existe o fomento, a reprodução e a recriação de uma identidade camponesa de resistência, e ainda, além da reivindicação imediatista, temos também uma identidade camponesa que visa um projeto, é porque ainda é necessária a reforma agrária nesse país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. UNESP. Presidente Prudente, 2013.

BARBOSA, Alexandre. **A comunicação do MST: uma ação política contra-hegemônica**. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2008.

CARDOSO, Ciro F. S. **Escravo ou Camponês?**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1987.

CARVALHO, Horácio M. **O campesinato no século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Editora Vozes. Petrópolis, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação, economia, sociedade e cultura – Volume 2: O Poder da Identidade**. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1999.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Editora Nueva Visión. Buenos Aires, 1974.

COORDENAÇÃO NACIONAL DO MST. **O papel estratégico da agroecologia para o MST**. Revista Sem Terra. São Paulo, Edição Especial Agroecologia, p 10-14, 2009-2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação e territorialização do MST no Brasil**. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Anotações Sobre o Capitalismo Agrário e a Mudança Social no Brasil**. In: SZMRECSÁNYI, Tamas; QUEDA, O. (Orgs.). **Vida Rural e Mudança Social**. 3ª ed. p. 105-120. Editora Cia. Ed. Nacional. São Paulo, 1979.

FERREIRA, Isabelle Azevedo. **Resistência e projeto: o ambientalismo na construção da identidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Arte e Cultura, UFC. Fortaleza, 2014.

FRANCO, Maria S. C. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4ª ed. Editora UNESP. São Paulo, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Volume 2**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5ª ed. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2010.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia de Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Editora Edições Graal. Rio de Janeiro, 1978.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Organização e revisão: Arthur Ituassu. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Editora PUC-Rio Apicuri. Rio de Janeiro, 2016.

JORNAL SEM TERRA, **Edição Especial – Rio Grande do Sul**. Setor de Comunicação do MST-RS, Porto Alegre, julho de 2014.

_____. **Edição Especial – Rio Grande do Sul**. Setor de Comunicação do MST-RS, Porto Alegre, janeiro de 2016.

_____. **Edição Especial – Rio Grande do Sul**. Setor de Comunicação do MST-RS, Porto Alegre, março de 2016-1.

_____. **Edição Especial – Rio Grande do Sul**. Setor de Comunicação do MST-RS, Porto Alegre, março de 2016-2.

_____. **Edição Especial – Rio Grande do Sul**. Setor de Comunicação do MST-RS, Porto Alegre, julho de 2016.

_____. **Edição Especial – Rio Grande do Sul**. Setor de Comunicação do MST-RS, Porto Alegre, janeiro de 2017.

LÊNIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo Netto. Revisão de Paulo Bezerra. 2ª. Ed. Editora Nova Cultural (Os economistas). São Paulo, 1985.

_____. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. Tradução de Marcelo Braz. 1ª Ed. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Editora Vozes. Petrópolis, 1983.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª. Ed. Editora Vozes. Petrópolis, 1981.

_____. **Expropriação e Violência**. 2ª. ed. Editora Hucitec. São Paulo, 1991.

_____. **O Poder do Atraso**. Editora Hucitec. São Paulo, 1994.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro 03 - O Processo Global de Produção Capitalista**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Vol. VI. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1974.

MORISSAWA, Mitsue. **A história de luta pela terra e o MST**. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST**. 2000. Disponível em: <www.mst.org.br/node/4677>. Acesso em setembro de 2017.

NEGRI, Paulo Sérgio. **A identidade ecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST: o caso do assentamento Dorcelina Folador, Arapongas, Paraná.** Dissertação. Londrina Paraná, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Agricultura e Indústria no Brasil.** Boletim Paulista de Geografia. Nº 58. São Paulo, setembro-1981.

ROSARIO, Nísia Martins. A via da complementariedade: reflexões sobre a análise de sentidos e seus percursos metodológicos. IN: MALDONADO, A. E. et al. **Metodologias de pesquisa e comunicação: olhares, trilhas e processos.** Porto Alegre: Sulina, 2006

SECRETARIA NACIONAL DO MST. **MST lutas e conquistas.** 2ª ed. São Paulo, 2010.

STEDILE, João Pedro e MANÇANO, Bernardo. **Brava gente.** Editora da Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **La larga revolución – Cultura y Sociedad 1ª edição.** Nueva Visión. Buenos Aires, 2003.